

**03/05/2019**

Grande Imprensa

**CORREIO BRAZILIENSE - DF**

[Convocado I](#)

[Influência na educação e em relações comerciais](#)

[O xis da questão](#)

[Em defesa da Universidade de Brasília](#)

[MEC usará amostra ao avaliar alfabetização](#)

[Prorrogado prazo do Fies](#)

[Protesto contra corte de verba](#)

[Cortes na educação](#)

**FOLHA DE S. PAULO - SP**

[Quando Olavo de Carvalho se encontra com Daenerys Targaryen](#)

[Secretário de Educação de Covas é condenado à perda de direitos políticos](#)

[Alfabetização será avaliada por gestão Bolsonaro só em amostra de escolas](#)

[Ministério da Educação prorroga prazo de renovação dos contratos do Fies](#)

[MEC cria doutorado em WhatsApp](#)

**O ESTADO DE S. PAULO - SP**

[Lampião em vez de eletricidade?](#)

[Alfabetização será avaliada por amostra](#)

[Ministro erra valor: exame vai custar R\\$ 500 mi](#)

[Ditado passa a ser cobrado como 'aperfeiçoamento'](#)

[Estudantes brasileiros fazem ato contra xenofobia em Portugal](#)

[Guedes remaneja R\\$ 3,6 bi e aperta ainda mais a Educação](#)

[Dez por um?](#)

**O GLOBO - RJ**

[Agenda perdida da Educação](#)

[Alfabetização será avaliada por amostra no 2º ano](#)

[Brasileiros protestam em Lisboa após caso de xenofobia](#)

['O QUE VOCÊ FARIA NO MEU LUGAR?'](#)

['RISCO DE FECHAR A UNIVERSIDADE É REAL'](#)

[A falta de cuidado no trato com as universidades](#)

**VALOR ECONÔMICO - SP**

[Crítica a universidade é fruto de achismo e ideologia, afirma reitor da Unicamp](#)

[Remanejamento de verbas](#)

["Ideologia não pode ser carro-chefe do MEC; é excludente"](#)

[Aluno será avaliado por amostragem no ensino básico](#)

Revistas

**VEJA - SP**

[A era das ciências sociais](#)

**CRUSOÉ**

[Nós, macacos antropoides](#)

**VEJA - SP**

[A balbúrdia mora no MEC](#)

Agências de notícias e sites

**FAX AJU**

[UFS Emite Nota E Explica Declarações Equivocadas Do Ministro Onyx](#)

**GOVERNO DO AMAZONAS**

[Contaminação de Mercúrio na Amazônia é tema de workshop da UEA](#)

# CLIPPING



## **INFONET**

[UFS emite nota de repúdio contra declaração do ministro Lorenzoni](#)

## **SUL21**

[Para além da balbúrdia](#)

## **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**

[Pós em Odontologia abre vaga em programa de Capes](#)

## **PORTAL EXAME**

[Ministro da Educação erra valor: exame custará R\\$ 500 milhões](#)

## **PORTAL ISTOÉ**

[Avaliação da alfabetização será por amostragem; comparação não será possível](#)

## **UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

[Avaliação da alfabetização será por amostragem; comparação não será possível](#)

[Agências de notícias e sites](#)

## **MAXPRESSNET**

[Edições Sesc São Paulo lançam livro Ecos do Brasil - Eça de Queirós, leituras brasileiras e portuguesas](#)

## **SÃO CARLOS AGORA**

[UFSCar sedia evento internacional sobre crianças e adolescentes em situação de risco](#)

## **SEGS - PORTAL NACIONAL**

[O armarinho mágico está aberto, entre nesse mundo repleto de magia](#)

## **TN PETRÓLEO**

[Simpósio de Pesquisa e Inovação em Materiais recebe trabalhos até o dia 5 de maio](#)

## **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**

[Abertas as inscrições para o mestrado e doutorado em Genética e Melhoramento](#)

## **AGÊNCIA BRASIL**

[Avaliação da alfabetização será feita por amostragem, diz ministro](#)

## **AGÊNCIA CÂMARA**

[Deputados reagem aos cortes nas universidades federais anunciados pelo Ministério da Educação](#)

## **AGÊNCIA GLOBO**

[Fundação do MEC veta palestra de auditora que foi filiada ao PsoI](#)

[Governo se alimenta de balbúrdia](#)

## **CLIC RBS**

[Existem poucas coisas mais ideológicas do que o atual Ministério da Educação](#)

## **DESTAK**

[Governo propõe normas mais rígidas para rede pública de ensino](#)

## **G1**

[Abertas inscrições para seleção de professor visitante nacional e estrangeiro da UFRB](#)

## **PORTAL ISTOÉ**

[MEC prorroga até 15 de maio renovação de contratos do Fies](#)

## **PORTAL VEJA**

[MEC vai avaliar alfabetização das crianças por amostra](#)

## **UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

[MEC anuncia avaliação do ensino fundamental por amostragem e erra valores](#)

[MEC prorroga prazo de renovação de contratos do FIES](#)

[Avaliação da alfabetização será feita por amostragem, diz ministro](#)

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASÍLIA - DF**

### **Convocado I**

É bom o ministro da Educação, Abraham Weintraub, se preparar. Ele certamente será convocado a explicar o corte de verbas nas universidades federais. Já há vários pedidos nesse sentido. Um deles é da deputada do Cidadania do DF, Paula Belmonte (foto).

### **Convocado II**

Paula considerou os argumentos do ministro, no mínimo, controversos, em especial, sobre a UnB, a Federal Fluminense (UFF) e a da Bahia (UFBA). “Essas universidades são o sonho de muitos jovens, justamente por terem excelentes desempenhos do Índice Geral de Cursos (IGC) do próprio MEC, então, nós, como fiscalizadores, devemos esse esclarecimento à sociedade”, afirma a deputada.

topo ↕

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA**

### **Influência na educação e em relações comerciais**

O protagonismo do DEM não se limita à reforma tributária. Cresce, também, na educação e nas relações comerciais internacionais. A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, filiada ao partido, anuncia hoje os detalhes sobre a viagem à Ásia, entre 9 e 21 de maio. A pauta central é o aumento de vendas de carne nos mercados asiáticos. O Correio obteve acesso ao programa de viagem da comitiva, que passará, sequencialmente, em Tóquio e Niigata, no Japão; em Xangai e Pequim, na China; em Hanoi, no Vietnã; e em Jacarta, na Indonésia. A ministra será acompanhada por auxiliares técnicos e parlamentares, como o deputado Luis Miranda (DEM-DF).

No Japão, Tereza terá reuniões bilaterais com os ministros japoneses de Agricultura, Floresta e Pesca, Saúde, Trabalho e Bem-Estar. Também estão previstos encontros com integrantes da Keidanren, Federação das Indústrias japonesas. Em Niigata, haverá encontros com os ministros da Agricultura dos países do G-20. Na China, estão previstas reuniões com investidores. Entre eles, da Cofco, uma das empresas estatais de processamento de alimentos — é a maior compradora de alimentos brasileiros.

A China é a principal parceira comercial do Brasil. No país, Tereza participará da abertura da feira Sial China, organizada pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil). O pavilhão abrigará 16 empresas do setor de carne bovina, além de outras de aves e suínos, e mais 31 empresas brasileiras. A comitiva encerrará a viagem com reuniões com o ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural do Vietnã e com o ministro indonésio da Agricultura.

O DEM também dá as cartas no sistema educacional. A recente decisão de bloquear 30% da verba para as universidades e institutos federais, tomada pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, ex-secretário executivo da Casa Civil — que é comandada pelo partido —, tem o dedo do deputado Luis Miranda. Foi uma sugestão que o parlamentar apresentou ao titular da pasta em duas reuniões que tiveram nas últimas semanas.

Em 2017, o gasto primário da União em educação totalizou R\$ 117,2 bilhões, sendo R\$ 34,6 bilhões com educação básica, o que totaliza cerca de 29,5%. Cerca de 64,3% foram aplicados no ensino superior, e o resto foi voltado para programas federais. “Propus a inversão da destinação de recursos para, majoritariamente, financiar a educação básica, visando o combate às desigualdades regionais no setor, bem como produzir a melhoria

na qualidade de ensino. Hoje, estamos formando analfabetos funcionais”, justificou Miranda.

topo ↕

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO**

### **O xis da questão**

A decisão do Ministério da Educação de promover um corte de 30% nos orçamentos de todas as instituições federais de ensino provocou uma reação em cadeia. Professores e estudantes das universidades públicas reagiram ao bloqueio financeiro. Em todo o país, organizaram protestos nas instituições em defesa da autonomia universitária. Em outra ponta, desde terça-feira, educadores utilizam as redes sociais para defender ou criticar a medida adotada pelo ministro Abraham Weintraub.

Dados extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) apontam que os investimentos em educação têm sido reduzidos sistematicamente desde 2014. Em meio à mais grave recessão da história, da qual o país ainda sente os efeitos e tenta sair dela, a União disponibilizou R\$ 4,9 bilhões para investimentos em 2018 contra R\$ 11,3 bilhões quatro anos antes. Evidente que alguma coisa está errada e algo precisa ser feito para reverter esses números.

Faço parte da corrente que considera que a educação é um programa de Estado, não de governo. São ações contínuas em 20, 30, 50 anos, independentemente do matiz político, que vão dar um salto na qualidade dos profissionais que preparamos para o mercado de trabalho, e elevarão o país a novo patamar de desenvolvimento econômico. Não há milagre da noite para o dia.

É preciso, por exemplo, um planejamento estratégico, antes de tudo. Em uma conferência realizada nos EUA, entre 8 e 9 de abril, no Vale do Silício, economistas, empresários, investidores, entre outros, discutiram o futuro do Brasil no meio digital. Afinal, o país apresenta números impressionantes de usuários: é o segundo que mais usa o WhatsApp em todo o mundo; o segundo no Instagram; terceiro no Facebook; mas, ao mesmo, apenas 6% do comércio é eletrônico.

Entre as causas mais citadas para a falta de uma presença econômica mais pujante no ambiente digital (as palestras podem ser vistas no canal Brazil At Silicon Valley, no YouTube), aparecem basicamente duas: imprevisibilidade econômica que limita investimentos e a falta de mão de obra qualificada. A segunda é basicamente uma questão educacional. Para dar um salto no ambiente digital, o país precisa de cientistas, engenheiros, tecnólogos e matemáticos. E a formação está bem abaixo do necessário. Sem dinheiro, com cortes orçamentários, como o que é faz para dar um salto na qualidade do ensino? É o xis da questão.

topo ↕

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO**

### **Em defesa da Universidade de Brasília**

DAVID DUARTE LIMA

Professor da UnB e doutor pela Université Libre de Bruxelles

Em 1974, passei no vestibular para cursar estatística na Universidade de Brasília. Concluí o curso em dezembro de 1978. Foram anos de aprendizado de cálculo, probabilidade, análise de dados, métodos científicos. Foram também anos de aprendizado de atividade política, de protestos, de reivindicações. Tempo em que

aprendi o instrumental profissional e a importância da participação nos destinos do país.

Naqueles anos, queríamos derrubar o reitor, mudar o Brasil, transformar o mundo. Os jovens desconhecem limites, afrontam o poder, mas também alargam horizontes. Jovens são mais sensíveis, têm a esperança exacerbada. Tudo é pletórico, exuberante. Essa audácia faz o mundo avançar. Veja um filme dos anos 1950, observe como as pessoas se vestiam, como se comportavam. Os Beatles, os protestos políticos transformaram tudo. São os jovens que constroem o amanhã.

As universidades públicas são o motor das mudanças, por isso frequentemente incompreendidas. No Brasil, sobressaem cenas de estudantes com a pele à mostra em passeatas de intenções questionáveis. Parece que não se empenham como deveriam nos estudos. Em todos os lugares há pessoas que trabalham mais que outras e também as que julgamos ter comportamentos inadequados. Paciência, assim é o mundo.

No entanto, nesse ambiente de diversidade, pode-se aprender a entender e respeitar o diferente, a melhorar como ser humano. Algumas pessoas malucas terminam mudando muita coisa, como Steve Jobs, que dedicava seu tempo na universidade Reed College, em Portland, a atividades nada convencionais. Estudou seis meses e abandonou o curso. Algum tempo depois fundou uma das maiores empresas do mundo, que mudou radicalmente nosso cotidiano.

As universidades públicas do Brasil têm muitas deficiências. Sem dúvida há recursos mal-empregados, desperdícios, ineficiências. Há alunos “malucos”. Alguns professores deixam a desejar. Essa faceta é exageradamente explorada.

Mas você já parou para pensar no serviço que a UnB presta a Brasília e ao Brasil? Quantos engenheiros se formaram ali? Quantos advogados? Quantos filósofos, sociólogos, psicólogos que nos ajudam a pensar sobre os problemas da nossa sociedade? Quantas vidas já foram salvas por médicos e enfermeiros formados na UnB? Quantos alunos se formaram e progrediram na vida pelas mãos de professores formados na UnB? Quantos arquitetos e artistas embelezam nossas casas e nossa cidade?

Você já parou para pensar o quanto a universidade nos ajuda a viver melhor? A UnB está na sua casa, nas nossas ruas, na saúde, nos alimentos que consumimos, no seu conforto. Pare e observe como a universidade está no seu dia a dia.

A UnB sediou o Fórum pela Paz no Trânsito, do qual faziam parte mais de 80 instituições. Sindicatos patronais e de trabalhadores, igrejas, imprensa, órgãos do governo local, acadêmicos nos reuníamos para discutir como melhorar o trânsito. Como coordenador do Fórum, lembro-me da reunião em que o ousado coronel Azevedo apresentou a maluquice de implantação do respeito à faixa de pedestres. Hoje, todos nos orgulhamos daquela loucura.

Como hoje, quando eu era estudante havia também os diferentes. É bom que haja diversidade, mesmo que isso desagrade a muitos. O mundo é diverso. É bom que saibamos também que a UnB não é uma universidade exclusiva de estudantes ricos. A maioria dos meus colegas vinha de família de recursos modestos, muitos eram pobres.

Tenho inúmeros exemplos de estudantes daquela época que hoje são excelentes

profissionais. A universidade foi determinante na vida deles, e a sociedade muito se beneficiou com seu sucesso profissional. Hoje a UnB continua uma escola que propicia a evolução para muitos jovens que sonham com um futuro melhor.

Os desafios são grandes neste mundo que evolui numa velocidade cada vez maior. Um tropeço, e ficamos para trás. Nossas universidades precisam melhorar muito na eficiência da administração, na aplicação dos recursos, na integração com a sociedade. Porém, a UnB vem cumprindo papel de destaque na formação dos jovens, em preparar um futuro melhor para eles e para o Brasil. O que nossa universidade já proporcionou a Brasília e ao Brasil é muito maior que as deficiências.

Tenho orgulho de ser professor da universidade onde me graduei. A UnB tem muita gente séria, professores dedicados, alunos estudiosos e pesquisadores de alto nível. Nossos alunos vão ajudar o Brasil a ser melhor. Visite a UnB, você vai ver que na diversidade há muita universidade

topo ↕

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL**

### **MEC usará amostra ao avaliar alfabetização**

**Testes serão aplicados entre 21 de outubro e 1º de novembro a alunos do 2º ano do ensino fundamental. Especialistas criticam critérios da pasta, que anunciou também provas de ciências da natureza e de ciências humanas para estudantes do 9º ano**

## **EDUCAÇÃO**

O Ministério da Educação (MEC) anunciou ontem as diretrizes para a realização das provas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) de 2019. A principal novidade é a avaliação da alfabetização de alunos do segundo ano do ensino fundamental, que será feita por amostragem, tanto na rede pública quanto na particular. As avaliações serão feitas entre 21 de outubro e 1º de novembro.

Em março, o MEC baixou uma portaria suspendendo a avaliação da alfabetização das crianças até 2021. Segundo a pasta, o objetivo era esperar que as escolas se adequassem à nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Com a repercussão negativa, o ministério voltou atrás e revogou a medida, que provocou a demissão do então presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão responsável pelas avaliações, Marcus Vinícius Rodrigues.

Questionado sobre o motivo de os testes do segundo ano serem aplicados apenas a uma amostra de estudantes, o ministro Abraham Weintraub afirmou que se trata de um primeiro teste. “Se eu pudesse decidir e tivesse plenos poderes, eu faria universal, para todos os anos. Mas estamos a menos de 30 dias aqui, e como é nossa primeira avaliação, vamos fazer um teste-piloto”, afirmou. O motivo principal seria uma adequação dessa primeira prova à BNCC.

O presidente do Inep, Elmer Coelho Vicenzi, também presente à coletiva, não informou os critérios que serão usados para a amostragem da avaliação. “Eles são feitos em conjunto com o MEC, então preferimos não elencar para não haver maior discussão”, afirmou.

No evento, Weintraub não quis falar sobre o corte de recursos para universidades

federais. Ele procurou destacar a importância de incluir a alfabetização no Saeb, mesmo que sem uma avaliação universal dos alunos. “É importante, porque temos que pegar aquela criança que está ficando para trás e evitar que ela saia da escola ou comece um ciclo de reprovação”, ressaltou.

Para alguns especialistas e professores, o problema da avaliação de alfabetização de forma amostral, e apenas uma vez por ano, é que ela apenas julga o sistema. A professora de filosofia da Universidade de São Paulo (USP) Carlota Boto criticou a falta de exposição dos critérios da amostragem neste primeiro momento. “O fato de ser amostral é delicado. Uma escola no centro de uma cidade é uma amostra diferente da de uma escola localizada na periferia da mesma cidade. Até que ponto isso não vai distorcer os dados?”, questionou.

Carlota acredita que a prova que avalia a alfabetização dos alunos do segundo ano do ensino fundamental não acompanha o percurso de aprendizagem como um todo. “É muito mais um julgamento do sistema, do que uma avaliação diagnóstica que visa à melhoria do sistema de educação para alunos e professores”, destaca. Para ela, o melhor seria fazer o exame duas vezes por ano. “A alfabetização é um processo lento, que se inicia no segundo ano, mas ainda é desenvolvido no terceiro”, explicou.

Edileuza Fernandes Silva, professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), que já foi alfabetizadora, concorda. “Prefiro que a avaliação da alfabetização tenha a função de diagnosticar e não de compor o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)”, disse. É a partir de resultados do Saeb que o MEC calcula o Ideb, um dos principais indicadores de qualidade do ensino no país.

## Ciências

Outra novidade é a aplicação de testes de ciências da natureza e ciências humanas, que será realizada pela primeira vez, também para uma amostra de estudantes do 9º ano. As provas de língua portuguesa e matemática foram mantidas no modelo vigente para o 5º e o 9º ano do fundamental e para a 3ª e a 4ª série do médio. Nesses casos, os testes serão aplicados de maneira censitária, na rede pública, e amostral, no ensino privado.

As provas, aplicadas de dois em dois anos, serão feitas por cerca de 7 milhões de estudantes, e custarão R\$ 500 milhões ao MEC em 2019. Durante a coletiva, o ministro chegou a informar e ressaltar que o custo seria de R\$ 500 mil, mas o valor foi corrigido posteriormente pela assessoria da pasta. Os resultados da avaliação aplicada este ano devem ser divulgados até dezembro de 2020.

topo ↕

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL**

### **Prorrogado prazo do Fies**

O Ministério da Educação (MEC) prorrogou para 15 de maio o prazo para renovação semestral dos contratos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), simplificados e não simplificados, do 1º semestre de 2019. A medida foi publicada ontem no Diário Oficial da União. A norma também vale para a realização de transferência integral de curso ou de instituição de ensino e de solicitação de dilatação do prazo de utilização do financiamento, respectivamente, referente ao 1º semestre de 2019. O aditamento deverá ser realizado por meio do SisFIES, disponível nas páginas eletrônicas do Ministério da Educação e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

topo ↕

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL**

### **Protesto contra corte de verba**

Estudantes e trabalhadores da Universidade de Brasília (UnB) fizeram ontem um ato em defesa da autonomia universitária e em protesto contra a promessa do Ministério da Educação de cortar 30% das verbas das universidades federais. O ato contou com cerca de 450 manifestantes, que se reuniram no Restaurante Universitário (RU).

A mobilização teve apoio da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (AdUnB), do Sindicato dos Servidores Técnico-Administrativo da Fundação Universidade de Brasília (Sintfub), da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra) e da União Nacional dos Estudantes (UNE).

“É um absurdo o governo fazer esse corte, sendo que, há algumas semanas, passamos por uma forte chuva: há uma crise emergencial dentro da estrutura da universidade. A espera é de que fosse investido dinheiro, e não cortado”, disse Bruna Brelaz, representante da UNE.

topo ↕

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES**

### **Cortes na educação**

Na terça-feira, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou o corte de 30% no orçamento da UnB, da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Federal da Bahia. Em entrevista ao Estado de S. Paulo, ele comentou: “Universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas. A lição de casa precisa estar feita: publicação científica, avaliações em dia, estar bem no ranking.”

Bem, como exemplo, examinemos o caso da UnB. Está classificada em 10º lugar no ranking das instituições de ensino superior do país levantado pela revista britânica Times Higher Education. Em 2018, ficou como a 737ª melhor instituição do mundo, segundo a classificação do Center for World University Rankings (CWUR). Em 2017, ocupava a 973ª colocação. Galgou, portanto, 236 posições em relação a 2017.

Então, de que ranking fala o ministro? Depois da repercussão negativa, o titular da pasta de educação estendeu os cortes a todas as universidades. Trata-se de uma aposta obscurantista. Será preciso dizer que as pesquisas científicas são essenciais nos campos da saúde, da ecologia, da biodiversidade, da agricultura e da indústria? Como o país vai se desenvolver sem investimento na pesquisa em um mundo de competitividade veloz e acirrada?

Existem problemas na educação, mas eles não serão resolvidos com cortes punitivos e arbitrários, que ferem a democracia. A liberdade é uma condição essencial para a pesquisa acadêmica. Ela não pode avançar segundo as idiosincrasias pessoais e ideológicas do titular da pasta de plantão.

O princípio da autonomia universitária é garantido pela Constituição. Tudo leva a crer que, para o ministro, balbúrdia é ter uma postura crítica, insubordinar-se contra o pensamento único, cultivar o conhecimento e não ser manipulável por mentiras.

Enquanto o desemprego atinge 13,4 milhões de brasileiros, autoridades do governo preocupam-se com a balbúrdia de festinhas, com o marxismo cultural ou com a imaginária irrelevância do ensino de história e filosofia. Miram na suposta esquerdização da universidade, mas atingem a saúde pública, a agricultura, a ciência, o desenvolvimento, a autonomia universitária e o futuro do Brasil. Alega-se a necessidade de privilegiar o ensino básico em detrimento do superior, mas esquecendo que a universidade é que forma bons professores para essa etapa da educação.

Como bem diz nota da SPBC: história e filosofia são ciências humanas; não são ideologia. A ciência não é de esquerda ou de direita. Não pode haver ação mais ideológica e mais nociva aos interesses do país. Todo ataque à liberdade, à cultura, à ciência e à educação está fadado ao fracasso, nos ensina a história, disciplina que se pretende abolir.

PS: uma pesquisadora do Laboratório de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná postou nas redes sociais uma foto com os dizeres em um cartaz: “Fazendo balbúrdia”. Ela estava trabalhando no Dia do Trabalhador.

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - REINALDO AZEVEDO**

### **Quando Olavo de Carvalho se encontra com Daenerys Targaryen Poderosos da hora extraem lições de política de seriados e de extremistas na internet**

Com menos de um mês na ribalta, ninguém desempenha tão bem o papel de "clown" dessa comédia sinistra que é o governo Bolsonaro como esse tal Abraham Weintraub, o ministro da Educação que resolveu combater "a balbúrdia" de esquerda nas universidades federais aplicando-lhes cortes punitivos de verba, entre outros improvisos.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2019/05/quando-olavo-de-carvalho-se-encontra-com-daenerys-targaryen.shtml>

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO**

### **Secretário de Educação de Covas é condenado à perda de direitos políticos João Cury foi acusado de contratar serviço educacional que causou prejuízo em Botucatu, quando ele era prefeito**

São Paulo

O secretário municipal de Educação da gestão Bruno Covas (PSDB), João Cury, foi condenado por improbidade administrativa em segunda instância e teve decretada a perda de direitos políticos por cinco anos.

A ação diz respeito ao período em que Cury foi prefeito de Botucatu e contratou uma empresa para atuar na área de educação do município, a Abramundo Educação em Ciências LTDA.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/05/secretario-de-educacao-de-covas-e-condenado-a-perda-de-direitos-politicos.shtml>

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO**

**Alfabetização será avaliada por gestão Bolsonaro só em amostra de escolas**  
**Exame será aplicado a alunos do 2º ano do ensino fundamental**  
Brasília

Depois de suspender a avaliação de alfabetização e recuar da decisão, o governo Jair Bolsonaro (PSL) confirmou a aplicação da prova apenas de forma amostral neste ano, conforme a Folha antecipou em abril.

Foi publicada nesta quinta-feira (2) a portaria com as regras do Saeb, o sistema de avaliação da educação básica.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/alfabetizacao-sera-avaliada-por-gestao-bolsonaro-so-em-amostra-de-escolas.shtml>

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO**

**Ministério da Educação prorroga prazo de renovação dos contratos do Fies**  
**Medida só vale para quem já contratou o financiamento; novos contratos registraram problemas**

São Paulo

O Ministério da Educação estendeu o calendário de renovação dos contratos do Fies (Fundo de Financiamento Estudantil). O novo prazo termina em 15 de maio.

A medida, publicada nesta quinta-feira (2) no Diário Oficial da União, é válida apenas para os contratos já firmados.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/ministerio-da-educacao-prorroga-prazo-de-renovacao-dos-contratos-do-fies.shtml>

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - ILUSTRADA**

**MEC cria doutorado em WhatsApp**

**Ministério da Educação apresenta novo conceito de universidade**

Depois desestimular cursos de humanas, cortar verbas de faculdades bem avaliadas e incentivara intimidação de professores, o governo Bolsonaro anunciou novas medidas para o Ministério da Educação. A melhor maneira para acabar com o abismo entre a elite cultural os analfabetos é erradicara elite cultural", explicou o ministro Olavo de Weintraub. Para agilizar o processo, o...

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=48727&anchor=6118301&pd=653178ec903453eb430e3a101f650cb4>

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPAÇO ABERTO**

**Lampião em vez de eletricidade?**

O que diríamos se agora, neste século 21, em vez de eletricidade nos fizessem usar candeeiro ou lampião para iluminar as noites e, assim, não ofuscar os nossos olhos cansados por suportarem a claridade do sol? E se a decisão viesse da autoridade a quem

cabe assegurar luzes ao presente e ao futuro?

É exatamente isso que ouvimos nos últimos dias do ministro da Educação, por um lado, e do presidente da República, por outro. Num perigoso campeonato de disparates, parece até que cada qual tenta triunfar na exteriorização do absurdo. O ministro decidiu punir a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA) cortando 30% do seu orçamento, sob a alegação de que se dedicam “à balburdia e a eventos ridículos”. Alegou até que há casos de “gente pelada” desfilando pelo câmpus...

A reação unânime dos setores universitários fez o ministro “recuar”. Mas no recuo apenas tomou fôlego para contraatacar com mais força: em nome de “isonomia”, ou igualdade perante a lei, cortou 30% das verbas de todas as universidades federais no segundo semestre... Logo, queixou-se dos gastos do ensino superior e (cumprindo promessa de Jair Bolsonaro na campanha de candidato presidencial) mencionou a importância de implantar creches, já que uma criança custa dez vezes menos do que um aluno universitário.

A comparação é simplista, pois se trata de situações diferentes. O custo não define as necessidades por si só. Atender a recém-nascidos e ao ensino básico nada tem que ver com as universidades. Nem é suprimir ou diminuir a pesquisa e castrar a missão das universidades, fazendo delas entes amorfos (e mortos) que apenas expedem diplomas que pouco – ou nada – vão significar.

Falta verba? Mas, e o orçamento previsto, no qual estão calculados receita e despesa, já não vale?

Essa tal de “balbúrdia” ou “bagunça” que faria das universidades um antro de “gente pelada” seria a regra? Ou foi caso

isolado, típico da vulgaridade que a televisão ajuda a semear e a reproduzir? Ou alguém crê que ensinar e educar se limitam à sala de aula?

Hoje, o fundamento da educação e do ensino não está na escola, mas na televisão e nas tais de “redes sociais”, em que não se sabe sequer quem informa ou deforma. A TV entra em nossas casas como assaltante. As “redes sociais” nos acompanham até na rua e no trânsito. A TV cultiva o horror. Os ininterruptos casos de constantes crimes se apresentam quase como se fossem regra da sociedade, não como exceção a combater. Soa até como se o crime fosse uma sina a que estivéssemos condenados. Algo como o “pecado original”, do qual não nos podemos livrar eternamente.

As “redes” dedicam-se à “fofoca”, esse monstro vestido de santo ou de palhaço, exímio em inventar qualquer coisa e propagar como verdade absoluta. A invencionice ou a mentira se alastram mais facilmente do que as verdades, pois se amoldam como água num recipiente. A verdade é dura, porém, imutável em si mesma.

Enquanto não atentarmos para isso, a educação formal da escola ficará sempre em segundo plano, relegada quase que apenas a uma obrigação para subir financeiramente na vida... E “subir” para se sobrepor ao outro, nunca para compartilhar.

A visão do “amor ao próximo”, de que falam os Evangelhos, tornou-se piegas ou desprezível até. A sociedade de consumo iguala bens essenciais a quinquilharias e, assim, abre a porta para confundir a noção do que seja educar.

O presidente Bolsonaro, por exemplo, atirou-se agora contra as ciências sociais, vendo antropologia, sociologia ou filosofia como um estorvo. Quer que as universidades se dediquem a veterinária, medicina e engenharia, desconhecendo que os Estados Unidos são o país com mais antropólogos e sociólogos no mundo. Em professores de filosofia são superados só pela França e pela Alemanha...

Deu a entender o presidente da República, até, que basta aprender a escrever e saber as operações fundamentais da aritmética – somar, diminuir, multiplicar e dividir. No século 18, ou até mesmo no início do século 20, quem conhecesse isso era sábio. Quem soubesse a “regra de três” era gênio!

Bolsonaro supera até as confusões e os disparates típicos de Lula. Agora, prometeu “uma limpa” no Ibama e nos demais órgãos ambientais. Desconhece que a defesa e a proteção da natureza estão ligadas à vida e quer facilitar o desmatamento e a perigosa adubação química. Não escuta as advertências da ciência sobre o aquecimento global causado pela poluição.

Em Ribeirão Preto, reunido com empresários do agronegócio, o disparate tomou forma perigosa. Prometeu isentar de punição os proprietários rurais que dispararem e matarem para repelir a ocupação de suas terras. A invasão de terras produtivas é crime, mas não pode abrir caminho a um crime maior. A propriedade não está acima do direito à vida.

No Dia do Trabalho (ou Dia do Trabalhador), em rede de TV e ignorando a data, Bolsonaro comprometeu-se a implantar “a plena liberdade econômica” prevista em recente “medida provisória”. Dito assim, simplificada e gananciosamente na ganância dominante, isso significa até “a liberdade” de cobrar preços abusivos, sem que nos possamos defender da cobiça. E de explorar o trabalho. Nossos 13 milhões de desempregados estão à beira de suportar a humilhação em troca de um salário mínimo...

Exibicionismo e jactância em palavras ou gestos nunca deram segurança a ninguém. Nem às pessoas nem às coisas, menos ainda às instituições. Exibição e gabolice são sinais de egoísmo. Quando desafiam a realidade de milhões de pessoas são um sacrilégio, até.

Podemos admitir o triunfo do atraso e da catástrofe? Ou o lampião deve substituir a eletricidade?

Bolsonaro supera até as confusões e os disparates típicos de Lula

✱

JORNALISTA E ESCRITOR, PRÊMIO JABUTI DE LITERATURA EM 2000 E 2005, PRÊMIO APCA EM 2004, É PROFESSOR APOSENTADO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

topo ↕

**O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE**

## **Alfabetização será avaliada por amostra**

**Educação. Será analisada a aprendizagem de alunos do 2º ano do fundamental, considerando a Base Nacional Comum Curricular; antes, avaliação era feita com crianças do 3º ano, o que impedirá comparação. Justificativa para amostra é a economia de recursos**

BRASÍLIA

O MEC anunciou que a avaliação de alfabetização será feita por amostra, com alunos do 2.º ano do fundamental (de 7 anos). A justificativa é economizar.

Depois de mais de um mês de incertezas, o Ministério da Educação (MEC) finalmente anunciou ontem que a avaliação da alfabetização das crianças será feita por amostragem. A prova havia sido cancelada pela gestão do exministro Ricardo Vélez Rodríguez, como o Estado revelou. Ontem, o titular da pasta, Abraham Weintraub, disse que o exame é “importante” e será analisada a aprendizagem de alunos do 2.º ano do fundamental, de 7 anos. A avaliação até então era feita com crianças do 3.º ano.

As mudanças farão com que os resultados não possam ser comparáveis aos dos exames feito pelo MEC nos anos de 2013, 2014 e 2016. Ou seja, não será possível saber se as crianças melhoraram ou pioraram seu desempenho ao longo dos anos.

A ideia de fazer a prova no 2.º ano já era do governo anterior, de Michel Temer, mas a intenção era que todas as crianças participassem da prova. Isso porque a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada

em 2017, estipula que os alunos devem estar alfabetizados justamente ao fim dos primeiros dois anos do fundamental. Apesar de haver grupos no MEC que criticam a BNCC, a portaria sobre a avaliação diz que ela seguirá o documento. E indica os objetivos de aprendizagem para cada ano escolar.

“Vamos começar do zero. E vai ser difícil avaliar os resultados; o desempenho é baixo porque não se adotou a BNCC ou porque as crianças não sabem mesmo?”, questiona o especialista da Universidade de São Paulo (USP) Ocimar Alavarse. Para ele, o fato de a BNCC ter

sido aprovada há menos de dois anos faz com que ela ainda não esteja presente na maioria das escolas. “Vai acabar sendo uma prova para induzir, ameaçar, e não para avaliar os alunos.”

Já o diretor do Iede, Ernesto Faria, que faz pesquisas educacionais, acredita que atrelar a avaliação à BNCC é positivo. “A prova de alfabetização já teve quebra de série histórica, já mudou várias vezes, é importante começar a ver se os objetivos de aprendizagem da BNCC estão sendo cumpridos.” Em 2015, a prova foi cancelada durante o governo de Dilma Rousseff por falta de recursos. Em 2018 também

não foi feita porque o governo Temer esperou a aprovação da BNCC.

Segundo especialistas, a vantagem da avaliação censitária é poder recuperar as defasagens com mais facilidade, já que é feito um diagnóstico para cada escola e cada município. Por amostra, só será possível saber o desenvolvimento da média. O governo ainda tem até o dia 30 de junho para divulgar como será calculada a amostra, com

escolas públicas e privadas. Para o ministro da Educação, a série histórica já estava prejudicada por causa da adequação do exame à BNCC. Ele justificou o uso de amostra pela economia de recursos. “O objetivo é fazer universal e uma vez por ano. É importante para o País conhecer individualmente cada uma das crianças da rede”, disse. “Se eu pudesse, eu faria universal. Mas a gente está chegando. A gestão Bolsonaro tem apenas quatro meses.”

Demissão. O cancelamento da prova, em março, levou à demissão da então secretária de Educação Básica do MEC e do presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep). O cargo ficou vago por cerca de um mês, até que o ex-delegado da Polícia Federal Elmer Vicenzi fosse nomeado.

O MEC vai manter as avaliações para alunos do 5.º ano e 9.º ano, e do 3.º do ensino médio. Serão provas para todos, de Português e Matemática. Uma amostra dos estudantes do 9.º ano fará ainda provas de Ciências da Natureza e Ciências Humanas pela primeira vez. Os exames fazem parte do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). É a partir desses resultados que se calcula o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que se tornou o grande indicador de qualidade do ensino no País.

Comparação. O custo da edição de 2017 do Saeb ficou em cerca de R\$ 250 milhões – os valores não são comparáveis, porém, por causa das alterações no exame e pelo fato de a análise à época não incluir a prova de alfabetização – que havia ocorrido no ano anterior.

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE**

### **Ministro erra valor: exame vai custar R\$ 500 mi**

Por um erro do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o ministro da Educação, Abraham Weintraub, divulgou um custo total bem menor para a avaliação do nível de alfabetização. Durante anúncio oficial nesta quinta-feira, em Brasília, Weintraub festejou inicialmente um gasto contratado de apenas R\$ 500 mil para a avaliação, que deve atingir cerca de 7 milhões de estudantes.

Na coletiva, chegou a ressaltar o valor várias vezes, dizendo que “cada real do contribuinte” era importante. “Vamos avaliar não só o desempenho das crianças como o sistema de ensino como um todo. Nós vamos fazer um exame para 7 milhões de crianças a um custo de R\$ 500 mil. É importante falar. A postura nossa é sempre de dizer ao pagador de imposto e à sociedade onde está sendo alocado o imposto. Então, uma avaliação que vai ser feita a 7 milhões de crianças a um custo total de R\$ 500 mil, para saber se as coisas estão andando bem”, afirmou o ministro.

Minutos depois, em nota, o Inep informou que o valor estimado para a realização do exame era na verdade de cerca de R\$ 500 milhões. “O presidente do Inep (Elmer Vicenzi) informa que o valor estimado para a aplicação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) 2019 é de aproximadamente R\$ 500 milhões. O valor de R\$ 500 mil foi incorretamente apresentado ao ministro na coletiva de imprensa realizada nesta data, em função de uma inconsistência material na planilha de custos elaborada pelo Inep.” O Saeb deve ser aplicado entre 21 de outubro e 1.º de novembro.

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE**

## **Ditado passa a ser cobrado como ‘aperfeiçoamento’**

Pela primeira vez, a prova de alfabetização do MEC terá ditado. A justificativa de usar o antigo método de checar se as crianças sabem escrever corretamente é a de “aperfeiçoamento”. Mas, para a educadora Patricia Diaz, da ONG Comunidade Educativa, o ditado só testa conhecimento mecânico. “É uma pegadinha, o único conhecimento a que a criança pode se apegar é a letra e o som, não tem uma palavra conhecida, um contexto que tenha trabalhado.” Até então, a avaliação tinha muitas questões de leitura de texto, de observação de desenho, e poucas de escrita.

Para muitos educadores, a alfabetização precisa estar atrelada ao contexto da criança para ser efetiva. “Há chance de que o 1º e o 2º anos se tornem um treinamento”, diz Patricia.

A última avaliação mostrou que mais de 50% das crianças não tinham desempenho suficiente em leitura e escrita. Elas não sabiam escrever palavras como “porco”. O MEC também vai avaliar este ano a educação infantil, mas com questionários para professores e diretores.

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE**

### **Estudantes brasileiros fazem ato contra xenofobia em Portugal**

### **Cartaz que falava em usar pedras contra ‘zucas’ motivou ação. Faculdade abriu investigação e grupo alegou mal-entendido**

ESPECIAL PARA O ESTADO / LISBOA

Três dias após estudantes portugueses da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (UL) terem feito um cartaz xenofobo, sugerindo que se atirassem pedras em mestrandos estrangeiros, estudantes brasileiros em Portugal fizeram manifestações contra a xenofobia, distribuindo flores e poesias. Os atos aconteceram na própria UL e também na Universidade do Porto, no norte do país.

Na segunda-feira, em um corredor de Direito da UL, o grupo satírico denominado Os Marretas colocou um cartaz sobre uma caixa de pedras com os dizeres: “Grátis se for para atirar a um ‘zuca’ (que passou à frente no mestrado)”. Zuca é uma gíria para se referir a brasileiros.

No mesmo dia, estudantes brasileiros denunciaram o ato à direção da faculdade, que mandou retirar o cartaz. O caso ganhou grande repercussão e chegou ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Portugal, que divulgou uma nota de repúdio à ofensa. O embaixador brasileiro em Portugal também entrou em contato com a UL pedindo explicações.

Como forma de se manifestarem contra a xenofobia, dezenas de alunos brasileiros da UL se reuniram na tarde de ontem na Faculdade de Direito, oferecendo flores em vez de pedras. “Ficamos muito tristes com o que aconteceu, mas foi um grupo pequeno que fez isso. De forma geral, somos bem recebidos”, afirmou Elizabeth Matos Lima, aluna de mestrado e presidente do Núcleo de Estudos Luso-Brasileiros (Nelb), que representa os estudantes do Brasil na UL.

Alguns estudantes brasileiros da Universidade do Porto também promoveram um ato para chamar a atenção contra xenofobia no ambiente universitário. Eles encheram uma caixa com poesias de artistas brasileiros para distribuir a professores e outros alunos da

universidade. “Cheguei aqui faz três meses e não senti nenhum acolhimento por parte dos portugueses. Não me aceitam para trabalhos em grupo, não me ajudam quando tenho alguma dificuldade burocrática”, conta Jacqueline Rezende, que estuda Sociologia. “Mas o ato de hoje surtiu um efeito positivo, eles se aproximaram, se interessaram pela nossa cultura.”

Inquérito. Até o momento, a Faculdade de Direito da UL apenas instaurou um inquérito administrativo para apurar o caso. “Vamos acompanhar de perto, mas a direção está se mostrando inclinada a dar uma resposta firme”, afirmou Elizabeth, do Nelb.

Na terça-feira, foi feita uma reunião entre direção da faculdade, os autores do cartaz e alunos brasileiros, na qual havia sido acertado que eles se retratariam. Os integrantes dos Marretas divulgaram um comunicado no qual dizem reconhecer que a xenofobia é um problema “real e gritante” e “expressam a sua admiração pelos alunos luso-brasileiros e brasileiros que ergueram a sua voz para lutarem contra a xenofobia”. Eles, contudo, não se retrataram, alegando que houve uma “interpretação errônea” do ato.

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS**

**Guedes remaneja R\$ 3,6 bi e aperta ainda mais a Educação**

**Gastos da Saúde foram poupados do bloqueio de verbas do governo, pois já estão próximos do mínimo constitucional**

**BRASÍLIA**

Sob a ameaça de paralisia na máquina pública, o governo fez ontem um remanejamento de R\$ 3,6 bilhões para atender às demandas mais urgentes de cinco ministérios que haviam sido afetados pelo corte de quase R\$ 30 bilhões no Orçamento.

A realocação dos recursos foi feita pelo bloqueio adicional no mesmo valor sobre os gastos de 13 órgãos e ministérios. O mais afetado pelo novo aperto foi o Ministério da Educação. Os gastos com saúde, por sua vez, já estão muito próximos do mínimo constitucional e foram preservados.

A medida ocorre após o governo iniciar um mapeamento para identificar quais áreas enfrentarão primeiro o risco de um colapso, como antecipou o Estadão/Broadcast no início da semana. Feito para assegurar o cumprimento da meta, que permite déficit de até R\$ 139 bilhões, o bloqueio no Orçamento, já impõe uma espécie de “shutdown branco” (paralisia) aos ministérios.

Mapa. O tema tem sido debatido desde a semana passada, quando reunião da Junta de Execução Orçamentária – formada pelos Ministérios da Economia e da Casa Civil – começou a mapear as necessidades mais prementes por recursos.

A portaria editada ontem libera R\$ 2 bilhões para Infraestrutura, após a promessa do governo a caminhoneiros de que seriam garantidas verbas para reparação de estradas; e R\$ 800 milhões para o Desenvolvimento Regional, que pediu o dinheiro para assegurar as despesas do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida até o meio do ano.

Outros R\$ 500 milhões foram destinados ao Ministério da Cidadania. O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, que em recente audiência pública na Câmara disse que a área havia ficado “com a corda no pescoço” após o bloqueio de R\$ 2,1 bilhões no fim de março, recebeu de volta R\$ 300 milhões. Já

a pasta da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos recebeu R\$ 3 milhões.

Para conseguir fazer esse remanejamento, o governo precisou apertar ainda mais o cinto em outras áreas. O principal alvo foi o Ministério da Educação, que sofreu bloqueio adicional de R\$ 1,59 bilhão, elevando o bloqueio total a R\$ 7,4 bilhões. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, chegou a afirmar, em entrevista ao Estado, que o corte seria aplicado a universidades federais que promovessem “balbúrdia”, mas depois recuou e disse que a contenção dos gastos será linear a todas as instituições de ensino.

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - SONIA RACY**

### **Dez por um?**

José Goldemberg, ex-MEC, admite que “a educação básica é prioritária”, como sugeriu no Twitter anteontem o ministro Abraham Weintraub, mas levanta questões sobre a relação “dez por um” entre os custos de um universitário (R\$ 30 mil) e uma criança na creche (R\$ 3 mil).

A primeira: Weintraub não cita suas fontes. Segunda, quem paga o universitário nas escolas federais é o MEC e a creche cai na conta de Estados e municípios. O recurso não sai do mesmo cofre.

Dez 2

Terceiro, as realidades são díspares: há cerca de um milhão de universitários nas federais e mais de 20 milhões de crianças precisando de creche. “Se fechassem todas as federais, o dinheiro não pagaria a creche de todas elas.”

Dez 3

Também estudioso da educação, Alexandre Schneider, ex-secretário de Doria e Bruno Covas, avalia que o custo aluno/ano nas creches é maior que os R\$ 3 mil citados pelo ministro. “O MEC precisa mostrar os dados com clareza. E informar, em plano, como pretende fazer quando tiver mais recursos.”

topo ↕

## **O GLOBO - RJ - MÍRIAM LEITÃO**

### **Agenda perdida da Educação**

Não falta assunto urgente na agenda da educação brasileira, o que falta é foco do governo nos itens que são realmente importantes. O Fundeb tem prazo até o ano que vem para ser renovado e o MEC nem toca no assunto. Na área econômica, como se sabe, há a ideia de acabar com toda a vinculação orçamentária, o que seria tentado através de uma futura emenda constitucional. O problema é que um assunto como esse não pode ficar sem decisão, enquanto a PEC não vem, porque sem o fundo o impacto na educação dos municípios menores e mais pobres seria demolidor.

O governo começou há quatro meses, o país está no segundo ministro da Educação, e permanece o padrão das polêmicas artificiais. A última foi o corte de verba para universidades onde ocorrem “balbúrdia”, que depois virou o corte generalizado. Reuni dois especialistas na Globonews para perguntar a eles que temas o Brasil deveria estar discutindo. O professor Mozart Neves Ramos foi secretário de Educação de Pernambuco e iniciou um processo, mantido por outros governos, de aumento das escolas em tempo integral. Hoje, Pernambuco é o estado que tem o maior volume de horas-aula no ensino médio. Ele é diretor do Instituto Ayrton Senna. Regina de Assis tem mestrado em Harvard e doutorado na Universidade de Columbia, em educação. Foi

secretária municipal do Rio na administração de Cesar Maia.

Regina lembra o sempre presente tema da “valorização do professor”. Sob os cuidados do professor estão 50 milhões de brasileiros, crianças e jovens. E a qualificação em tempos de mudança rápida, “tempos fluidos”, tem que ser dinâmica. Mozart concorda:

— Sem bons professores, bem formados, nós não vamos sair desse estado praticamente de estabilidade, num patamar muito baixo. De cada 100 jovens que concluem o ensino médio, só sete aprenderam o que seria esperado em matemática, e 28, em língua portuguesa.

A grande questão que os dois apontam é que o Brasil tem que preparar professores para o século XXI, porque a formação que a gente vem dando historicamente é muito distante da realidade.

Regina de Assis quando era secretária no Rio, no começo dos anos 1990, reconheceu o uso das mídias na sala de aula como um direito. Na época a ideia era que isso era um luxo: — Não há um método que seja único para ensinar a maioria das crianças. A forma de fazer as crianças aprenderem a ler, com gosto, é contar histórias. É arcaica a maneira de ensinar via alfabeto.

Outro ponto fundamental na educação, explica Mozart, é a questão socioemocional. Ele disse que o economista que foi prêmio Nobel de 2000, James Heckman, fez um estudo com crianças na pré-escola e mostrou que as que trabalhavam a resiliência, a colaboração, a criatividade e o pensamento crítico entre quatro a seis anos tiveram maior desempenho no ensino médio e maiores possibilidades de sucesso na vida profissional.

Há na agenda da educação temas que vão da preparação dos professores para tempos digitais ao fator emocional determinando a trajetória dos estudantes. Há questões práticas como a renovação do Fundeb. São R\$ 160 milhões no Fundo, para o qual contribuem as três esferas da federação, que depois retornam aos municípios e estados como reforço no financiamento da educação.

— O Brasil é uma federação de estados e municípios regidos pela colaboração. A ideia é de que esse dinheiro complemente os orçamentos. Dos 5570 municípios brasileiros, 70% têm até 20 mil habitantes. Essas cidades precisam do Fundeb — disse Regina.

Uma das frases que Mozart repete é que o Brasil tem que aprender com o Brasil. Ou seja, ver os casos de sucesso e reproduzir. O Instituto Ayrton Senna fez trabalhos importantes em uma série de cidades nas quais houve estudos de impacto.

— Não é achismo, não é se o aluno está gostando, é se o aluno está aprendendo — diz Mozart.

Outra questão urgente é a reforma do ensino médio e a implantação da Base Nacional Comum Curricular. O país se dedicou a isso nos últimos anos. E agora? Sobre as universidades, Regina disse qual é o ponto fundamental: elas precisam ter liberdade de criação e a responsabilidade do resultado.

O governo está perdido em sua balbúrdia porque quer. Assunto sério para discutir na educação é que não nos falta.

topo ↕

## O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

### Alfabetização será avaliada por amostra no 2º ano

**Antes, análise era feita com todos os alunos do 3º ano da rede pública; especialistas afirmam que novo modelo pode prejudicar políticas públicas e atrapalhar a evolução dos índices de aprendizagem no país**

BRASÍLIA E RIO

As novas diretrizes do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), publicadas ontem pelo governo federal, incluíram a etapa da alfabetização nos exames a serem aplicados neste ano, mas por amostragem, ou seja, apenas em algumas escolas do país. As provas, voltadas aos alunos do 2º ano do ensino fundamental, haviam sido suspensas em portaria editada em março, posteriormente revogada pelo então ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, demitido em abril.

A realização por amostragem foi criticada por educadores, que afirmam que a medida pode prejudicar o desenvolvimento de políticas no âmbito da aprendizagem.

A nova portaria retoma texto editado em dezembro, pela gestão Michel Temer, estabelecendo como população-alvo do Saeb uma amostra de alunos do 2º ano do fundamental de escolas públicas e privadas, distribuídos nos 26 estados e no Distrito Federal, que será avaliada com testes de Língua Portuguesa e Matemática. O parâmetro dos exames será a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Até então, a avaliação da alfabetização era aplicada a todos os alunos da rede pública do 3º ano, de forma censitária, mas a BNCC antecipou para o 2º ano a etapa em que as crianças devem saber ler e escrever.

O exame de alfabetização, antes aplicado de forma avulsa, foi incorporado neste ano ao Saeb, que inclui ainda provas de português e matemática para todos os estudantes do 5º e 9º anos do ensino fundamental e para concluintes do ensino médio de escolas públicas. No caso das particulares, a aplicação será para uma amostra.

## VALORES TROCADOS

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou que a avaliação ocorrerá de forma amostral porque a equipe "está chegando" e por ser a primeira vez que se avalia essa etapa escolar específica.

—Se eu pudesse decidir, faria universal. Se eu tivesse plenos poderes, faria universal para todos os anos. Mas a gente está chegando, a administração Bolsonaro tem quatro meses, a gente está há menos de 30 dias aqui. Então, é isso. Primeira vez. Vamos fazer um teste piloto, ver se funciona, corrige.

Em coletiva, Weintraub informou o custo errado do Saeb, dizendo que o valor empregado era de R\$ 500 mil. Logo depois, o Inep emitiu uma nota corrigindo o ministro e informando que o valor, na verdade, é de R\$ 500 milhões.

Weintraub negou que as mudanças na avaliação da alfabetização possam afetar a série histórica e os indicadores de comparabilidade já existentes. Ele disse que com "tratamento estatístico razoavelmente simples e bem robusto", a série histórica estará preservada.

Mas, na opinião de educadores, a mudança é negativa. Segundo a especialista em alfabetização e professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Magda Soares, feita dessa forma, a avaliação "não servirá para nada" — A alfabetização depende de tantos fatores que não há uma amostra que seja representativa do Brasil inteiro. Se a avaliação anterior já não ajudou muito, essa, além de não ajudar nada, vai prejudicar. Na área de aprendizagem, num país com tantas diferenças sociais e regionais, os resultados não vão servir para nada—disse Soares, acrescentando que a educação superior é fundamental na melhoria dos índices: — Se o governo quer melhoria da educação básica, tem que atuar na formação dos professores.

## "NINGUÉM PARA TRÁS"

Em entrevista ao "Jornal Nacional", da TV Globo, o pesquisador de educação do Instituto Expert Brasil Afonso Galvão também criticou a medida:

— Uma alfabetização mal feita e mal avaliada vai influenciar em toda a qualidade do processo educacional subsequente, e esse é um problema maior e mais grave do Brasil em termos de políticas educacionais. Nessa faixa etária, nenhum aluno pode ser deixado para trás.

Não há informação de quantos estudantes do 2º ano participarão da amostra avaliada. Essa definição, segundo o Inep, depende dos dados do Censo Escolar, que ainda não saíram. Por meio dos testes do Saeb, o governo traça indicadores educacionais no país, entre eles o mais importante, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

O ensino infantil também será avaliado, mas não há provas para os alunos, apenas questionários aos professores, diretores e secretarias municipais e estaduais de Educação.

Segundo as novas regras, a população-alvo é uma amostra de creches e pré-escolas públicas ou conveniadas com o setor público. A portaria de dezembro colocava todas as escolas públicas dessa etapa como alvo.

O Saeb de 2019 também avaliará, pela primeira vez, o quanto os estudantes brasileiros estão aprendendo sobre Ciências Humanas e da Natureza. As inéditas provas de Ciências da Natureza e de Ciências Humanas serão aplicadas em uma parcela dos alunos do 9º ano do ensino fundamental, e terão como referência a BNCC.

As provas do Saeb serão aplicadas entre 21 de outubro e 1º de novembro. Os resultados serão divulgados até dezembro de 2020.

topo ↕

## O GLOBO - RJ - O PAÍS

**Brasileiros protestam em Lisboa após caso de xenofobia**

**Caixa em universidade oferecia pedras para serem atiradas em zucas**

Um episódio de xenofobia contra brasileiros na Universidade de Lisboa, em Portugal, foi alvo de protesto na manhã de ontem, na frente da instituição, na capital lusitana. Organizado por meio do WhatsApp, um grupo de estudantes segurou cartazes com frases de combate ao preconceito,

bateu palmas e gritou palavras de ordem, como “Xenofobia não”.

No início da semana, uma caixa colocada em um corredor da Faculdade de Direito da universidade oferecia pedras a serem atiradas em “zucas” — termo pejorativo, derivado de “brazucas”, usado por portugueses para se referir a brasileiros. A explicação para a sugestão de agressão vinha entre parênteses: os “zucas” teriam “passado à frente no mestrado”. Uma placa exposta na faculdade dizia ainda para não alimentar “os pombos” e outra, ao fundo, pedia “contribuições para alimentar nossos animais”.

MIN

— Alguns brasileiros foram perguntar do que se tratava aquilo, e os portugueses disseram que era uma “brincadeira”. Os brasileiros disseram que era um absurdo, xenofobia, que iriam denunciar. E os portugueses fizeram pouco caso, dizendo que não daria em nada — contou a mestrandia Maria Eduarda Calado, de 24 anos.

Segundo a estudantes, um professor explicou aos brasileiros que os autores da instalação são um grupo que “não tem apoio da faculdade” e que, no ano passado, a seleção de mestrado foi aberta antes dos alunos de licenciatura da Universidade de Lisboa concluírem a graduação, o que fez com que a maioria dos inscritos fosse brasileira. Por esse motivo, alunos portugueses se sentiram injustiçados no processo seletivo.

O caso repercutiu nas redes sociais. Em nota, a Faculdade de Direito afirmou se aproxima a data das eleições para a associação acadêmica que representa os discentes e que, mesmo em campanha eleitoral, não serão toleradas ações ofensivas. O texto não sugere qualquer punição aos autores dos ataques.

A reitoria da Universidade de Lisboa foi mais incisiva e informou que vai abrir um processo disciplinar.

[topo](#)

**O GLOBO - RJ - SOCIEDADE**

**‘O QUE VOCÊ FARIA NO MEU LUGAR?’**

**Especialistas respondem a pergunta feita por ministro para justificar corte de verba**

[audrey.furlaneto@oglobo.com.br](mailto:audrey.furlaneto@oglobo.com.br)

Na manhã da última terça-feira, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou que cortaria 30% dos recursos de três universidades federais — Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Federal da Bahia (UFBA) —, alegando que promoviam “balbúrdia” e tinham baixo desempenho.

Depois de passar o dia sob críticas da comunidade acadêmica e de especialistas, à noite ele mudou o discurso — e estendeu a medida a todas as universidades federais do país. O corte nas instituições, que soma R\$ 2,5 bilhões, ganhou nova justificativa pelo ministro.

Em rede social, ele publicou um vídeo em que afirmou: “Para cada aluno de graduação que eu coloco na faculdade, eu poderia trazer dez crianças para uma creche. Crianças que geralmente são mais humildes, mais pobres, mais carentes, e que, hoje, não têm creches para elas”. Weintraub terminou o vídeo de pouco mais de um minuto com a pergunta: “O que você faria no meu lugar?”.

Anova tentativa de explicação tampouco agradou a professores e estudantes. Ontem, as principais universidades federais do país iniciaram uma campanha nas redes sociais contando as dificuldades que enfrentam as instituições.

A hashtag que vinha universidade pública traz depoimentos de alunos, ex-alunos e professores sobre a falta de insumos, aulas canceladas por falta de luz, interdição de banheiros e de outras dependências por alagamento, entre outros problemas.

A convite do GLOBO, cinco especialistas comentam as declarações de Weintraub. Questionam sobretudo o fato de o ministro contrapor a educação básica e o ensino superior, que, como dizem, são áreas interdependentes, e respondem à pergunta feita pelo titular da pasta.

Se para o neurocientista Stevens Rehen o corte do governo “asfixia ainda mais as universidades”, a doutora em Educação Andrea Ramal defende que, se não há verba suficiente, o governo deve olhar para as crianças que estão fora da escola. Leia os depoimentos abaixo.

Robert Verhine, especialista em Avaliação da Educação Superior  
Cortar das universidades não é o caminho, embora eu concorde que o Brasil precisa investir mais em educação básica. Mas não existe essa situação de lados opostos, de privilegiar a educação básica em detrimento do ensino superior. Os professores de creche e do ensino fundamental são produtos da universidade. Logo, se você não tem uma boa universidade, não terá bons professores na educação básica. Talvez um caminho, num cenário de contingenciamento, fosse buscar mais eficiência das universidades, mas não se faz isso com um corte. Você estabelece metas a partir de indicadores e trabalha de forma a incentivar a eficiência. Um trabalho de sistematização das despesas pode ser feito, sim, mas a forma está equivocada. Não se tem educação básica de qualidade sem universidade de qualidade.

Cleuza Repulho, pedagoga e especialista em Educação  
O ministro tem que lutar por verbas. O Brasil não deve fazer escolhas entre colocar um ou outro na escola. Se isso acontece, corremos o risco de ser um país de analfabetos. Educação é investimento. Os jovens que estão terminando o ensino médio acabam não tendo perspectiva: parece que quem fez universidade, já fez, e quem não fez, não fará. O Brasil está vivendo o último bônus demográfico, ou seja, ainda temos mais crianças e jovens do que adultos e idosos. Isso, no entanto, vai se inverter rapidamente, daí a urgência em investir em educação. Essa geração jovem terá uma massa de pessoas para sustentar. O ministro não deve fazer um discurso baseado em acerto de contas. (Renato Grandelle)

Stevens Rehen, neurocientista, pesquisador e professor da UFRJ  
A impressão é que o ministro está jogando para a população uma falsa escolha de Sofia em cima de um problema real. Faz isso de uma forma injusta, pois não leva em

consideração a importância das universidades para a sociedade. As falas dele demonstram total falta de conhecimento do papel da universidade no país, que é de produzir ciência e resolver muitas de nossas questões de saúde, sociais e tecnológicas. Estamos estudando zika e chicungunha, para citar só dois exemplos de pesquisas que são de suma importância. Infelizmente, vivemos um momento em que ideologias prevalecem sobre a razão. Se esses cortes acontecerem, o governo vai asfixiar ainda mais as universidades, o conhecimento produzido nelas e, por consequência, o progresso do país.

Andrea Ramal, doutora em Educação pela PUC-RJ

O ideal é jamais reduzir, e sim aumentar, investimentos, mas o Brasil enfrenta um problema gravíssimo no ensino básico, que gera sequelas nos jovens ao longo da vida. Quando passa por uma educação infantil de qualidade, o aluno dificilmente tem problemas de aprendizagem ou é reprovado no ensino fundamental. Tendo que escolher, já que não há verba suficiente, creio que é necessário olhar para esse contingente enorme de crianças que estão sem creche, sem pré-escola e sem recursos nos primeiros anos do ensino fundamental. O Brasil está entre os que menos gastam com ensino primário, mas tem investimento “europeu” em ensino superior. Investe-se em universitários mais do que o triplo do que com alunos de ensino fundamental e médio. Essa pirâmide não pode seguir assim.

Daniel Cara, diretor da Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Tem que brigar por recursos para a área, mas me parece que Weintraub assumiu a Educação para executar o plano do ministro da Economia, o que é extremamente problemático. Com o corte nas universidades, ele desrespeita o Plano Nacional de Educação, segundo o qual o Brasil precisa saltar de 1 milhão para 3 milhões o número de matriculados nas universidades públicas em dez anos. Além disso, contrapor educação básica e universidade é um equívoco impensável para um ministro da Educação. O governo federal tem que investir em educação básica, mas não em detrimento do ensino superior. Espera-se que o professor que vai ensinar numa creche seja formado numa universidade pública de qualidade. O olhar dicotômico do ministro mostra que falta o mínimo de conhecimento de Educação.

topo ↕

**O GLOBO - RJ - SOCIEDADE**

**‘RISCO DE FECHAR A UNIVERSIDADE É REAL’**

[hborges@edglobo.com.br](mailto:hborges@edglobo.com.br)

Com um bloqueio de 30% do orçamento, é possível que as universidades federais não consigam abrir as portas. A afirmação é do reitor da Universidade Federal Fluminense (UFF), Antonio Claudio Lucas da Nóbrega.

Ele comanda umas das três universidades federais que foram criticadas pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, quando anunciou que elas sofreriam cortes por serem palco

de “balbúrdia”. No mesmo dia, a pasta anunciou que a redução seria aplicada a todas as federais.

Ao GLOBO o reitor afirmou que a situação financeira das instituições já era complexa antes do anúncio do corte, com seguidos contingenciamentos desde 2014 —para

especialistas, no entanto, a gestão dos recursos, num quadro de expansão de vagas e redução de verbas, também deveria ser mais eficiente.

Como o bloqueio compromete o funcionamento da UFF?

Sou reitor há cinco meses. Desde então, temos implementado uma série de mudanças para resolver o déficit de R\$ 30 milhões, que já era previsto antes do corte. Aqui na UFF, vivemos um dia depois do outro. Agora, com esse corte de 30%, o risco de não conseguir manter a universidade aberta se torna real.

A situação das federais já estava complicada?

Temos feito o possível para explicar à comunidade acadêmica as dificuldades de orçamento. Acompanho de perto desde 2014: os orçamentos das universidades sofreram pouca variação desde então. Diante disso, há um cenário de inflação em escalada. Ao mesmo tempo, estamos em processo de expansão histórica. Esse é um movimento que não dá para voltar atrás da noite para o dia, é uma política de Estado. Não sei de outro órgão, público ou privado, que passe por tantas fiscalizações como nós. Não somos uma caixa preta, longe disso.

O senhor falou em déficit de R\$ 30 milhões. Como se chegou a esse valor?

Hoje, precisamos de cerca de R\$ 17 milhões por mês, quase R\$ 200 milhões por ano. É o necessário para manter as 50 mil pessoas de nossa comunidade acadêmica trabalhando e estudando nos nove municípios em que estamos. Nosso orçamento previsto, antes do corte anunciado, era de R\$ 170 milhões. Assim sendo, antes mesmo do anúncio deste corte, já tínhamos um déficit previsto de R\$ 30 milhões para 2019. E isso se soma a uma dívida que vem desde antes. É a tempestade perfeita: uma dívida que se arrasta, um congelamento do orçamento ano após ano e os custos subindo.

O que fazer para resolver?

Quando assumi e vimos o déficit, refizemos todos os processos, ajustamos os contratos, renegociamos dívidas, cortamos celulares, redimensionamos transportes. Em suma: cortamos na carne, fazendo um ajuste de gestão. Estávamos caminhando para resolver o problema deficitário dos R\$ 30 milhões deste ano. Agora, o corte de 30% elimina completamente nossa capacidade de administrar o caos que já estava se formando.

Então qual seria a solução?

Ainda tenho a expectativa de que o governo consiga atender o orçamento para, pelo menos, retornar ao que a gente tinha. Pedi audiência com o ministro. Talvez eles não tenham a real dimensão de tudo o que as universidades podem fazer pelo país. Espero que a gente consiga mostrar que passam pelas universidades as soluções que todos buscam para o Brasil. O investimento nas universidades não é um dinheiro jogado no ralo. Elas têm um papel fundamental e histórico na busca do equilíbrio socioeconômico. Na universidade as pessoas se capacitam, buscam soluções para a sociedade, geram riqueza através da educação, geram mais impostos.

[topo](#)

**O GLOBO - RJ - EDITORIAL**

## **A falta de cuidado no trato com as universidades**

Novo responsável pelo MEC,  
Abraham Weintraub assume causando perplexidades

Oriundo do nicho ideológico radical do bolsonarismo, Abraham Weintraub assumiu o Ministério da Educação com uma postura diferente do antecessor, Ricardo Vélez Rodríguez, embora do mesmo campo da extrema direita.

Vélez se resumiu a defender ideias controversas, afazer comentários inconvenientes e despachar pelo menos uma medida logo rejeitada, e suspensa, a de usar alunos das escolas públicas para fazer propaganda do governo em uma solenidade cívica de início do ano letivo.

Já Weintraub repete a capacidade de Vélez de causar perplexidades. Porém com ações objetivas, o que parece mais perigoso. Depois de depreciar cursos como os de Filosofia e Sociologia, do ramo das disciplinas Humanas, o novo ministro anunciou um corte de 30% nas verbas das universidades federais Fluminense (UFF), de Brasília (UnB) e da Bahia (UFBA).

Alegou problemas de rendimento e o fato de promoverem "bagunças" e "balbúrdias" em seus campi, disse em entrevista ao jornal "O Estado de S.Paulo".

Houve reações, e o novo responsável pelo MEC, em vez de recuar, avançou: o corte passou a valer para todas as universidades federais. O argumento agora é a crise econômica e o fato de se gastar muito com o ensino superior e pouco com o básico. O que é verdade, mas isso não elimina a tensão criada por Weintraub no seu relacionamento com reitores e toda a comunidade acadêmica.

O grave é que a redução de verbas anunciada pelo ministro não disfarça o conteúdo ideológico radical da medida. Na ditadura militar, havia o Decreto 477, o AI-5 do ensino superior. Servia para expulsar estudantes e afastar professores e funcionários. De maneira sumária. Também inaceitável. Mas não houve registro de asfixia financeira.

O princípio da autonomia universitária é bem fundamentado. Universidade precisa ser um espaço de liberdade para ensino e debates, que contribuam para a formação de quadros de que a sociedade precisa.

Mas às vezes é usado para transformar o ensino público superior em um universo paralelo, que não presta contas ao contribuinte. Vira uma caixa-preta. Talvez se assim não fosse, os desmandos da UFRJ na administração do Museu Nacional tivessem sido detectados, e o patrimônio histórico, científico e cultural não houvesse virado cinzas.

Também é fato que, entre as distorções nos gastos públicos existe a de privilegiar adultos e idosos (Previdência, assistência social) em detrimento de crianças (creches) e das próximas gerações em geral. Neste sentido, é grande o privilégio financeiro das universidades em relação ao ensino básico. Mas a universidade tem suas carências.

É preciso mesmo grande reforma do ensino, já em andamento — currículo único, mudança no ensino médio etc. Ela não pode ser feita à base de canetadas inspiradas em preconceitos políticos e ideológicos.

topo ↕

## VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

### **Crítica a universidade é fruto de achismo e ideologia, afirma reitor da Unicamp**

Knobel também critica as afirmações do Ministério da Educação (MEC) comandado por Abraham Weintraub de que há um estudo para diminuir os recursos para os cursos de filosofia e sociologia em detrimento de faculdades que supostamente gerem mais retorno, como engenharia. "Todos países que fizeram isso voltaram atrás", afirma.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6236749/critica-universidade-e-fruto-de-achismo-e-ideologia-afirma-reitor-da-unicamp>

topo ↕

## VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

### **Remanejamento de verbas**

O Ministério da Economia publicou, em edição extra do "Diário Oficial" da União, portaria que remaneja limites de movimentação e empenho no valor de R\$ 3,6 bilhões do Orçamento. A ideia atende demandas urgentes dos ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; da Infraestrutura; do Desenvolvimento Regional; da Cidadania; e da Mulher e Família e Direitos Humanos. O principal afetado é o Ministério da Educação, que terá bloqueado R\$ 1,6 bilhão em recursos - no fim de março, a pasta já havia sofrido bloqueio de R\$ 5,8 bilhões.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6236745/curta>

topo ↕

## VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL

### **"Ideologia não pode ser carro-chefe do MEC; é excludente"**

Vetado pela bancada evangélica para o cargo de ministro da Educação, Mozart Neves Ramos, diretor de Articulação e Inovação do Instituto Ayrton Senna, foi chamado a Brasília pelo novo ministro Abraham Weintraub há uma semana. "Passei os últimos anos colaborando com 12 ministros, desde Murilo Hingel no governo Itamar, independentemente de partidos e governos", afirma, pontuando que não guardou rancor do governo Bolsonaro. O "quase ministro" será, agora, consultor técnico do MEC. Ele recusa a classificação de "consultor político", deixando claras suas diferenças. Uma delas é o alerta para que o MEC não tenha, como carro-chefe, a agenda ideológica e do confronto. Apesar de Weintraub não ter expertise na área de educação, Mozart vê como positivos os movimentos do ministro em convidar especialistas e vários setores para o diálogo. A agenda para a educação básica será pragmática, diz ele, mas é no ensino superior que o MEC, na gestão Bolsonaro, pretende travar a cruzada ideológica.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/politica/6236825/ideologia-nao-pode-ser-carro-chefe-do-mec-e-excludente>

topo ↕

## VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL

### **Aluno será avaliado por amostragem no ensino básico**

Segundo o MEC, a edição 2019 do Saeb será a maior desde que o sistema foi implementado, em 1990. Ao todo, serão avaliadas 7 milhões de crianças, a um custo estimado de R\$ 500 milhões. O exame será aplicado entre os dias 21 de outubro e 1º de novembro.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/politica/6236751/aluno-sera-avaliado-por-amostragem-no-ensino-basico>

topo ↕

## VEJA - SP - BRASIL

### A era das ciências sociais

**Governo ameaça dar menos dinheiro ao ensino de humanas. No entanto, é uma área que emprega cada vez mais e ajuda a buscar soluções para os entraves do país**

De forma ainda vaga, mas enfática, o presidente da República e o ministro da Educação deram declarações sobre a intenção de reduzir os investimentos nos cursos de sociologia e filosofia, em favor de outros cuja capacitação profissional gere renda para as pessoas e benefícios para a sociedade. O número de alunos de sociologia e filosofia no Brasil é ínfimo — menos de 10 000, para um universo de 8 milhões de universitários. Tudo indica que eles estavam se referindo às ciências sociais como um todo e a atividades relacionadas a humanidades, incluindo educação, administração, direito, contabilidade e marketing, além de literatura e artes, que chegam a 59% do total (apenas a carreira de educação, dentro desse pacote, abraça 19,2% dos estudantes universitários). Fora das ciências sociais e humanas, as áreas mais procuradas hoje são a da saúde e bem-estar social (16%) e o grupo de engenharia, produção e construção, com 14,8%.

A concentração das matrículas em profissões características das atividades terciárias, de serviços, não se dá só no Brasil: são 63% nos Estados Unidos, 74% na França, 51% na Espanha, por exemplo. Esse predomínio acompanha os ventos da economia mundial. Em todo o planeta, as atividades industriais e agrícolas, mecanizadas, ocupam cada vez menos gente, enquanto aumentam os empregos nos serviços públicos e privados de educação, saúde, comércio, transportes e outros, em que são valorizadas cada vez mais as competências de tipo social e cultural. Mesmo nas áreas mais técnicas, a cada dia se fala com maior intensidade da importância das “competências do século XXI”. Para tomar o exemplo de Singapura, lembrado como um dos lugares de melhor ensino do mundo, elas são definidas em um leque que reúne cultura cívica, consciência do mundo global, conhecimentos transculturais, pensamento crítico e inovador e habilidades de comunicação, colaboração e processamento de informações — todas das áreas das ciências sociais e das humanidades.

“A cada dia se fala mais na importância das habilidades do século XXI, todas elas no campo das humanidades”

A outra razão de seu grande tamanho é que os cursos nessas áreas tendem a ser menos custosos e mais acessíveis a pessoas que terminam o ensino médio com formação mais limitada. No Brasil, em setores como economia, administração e direito, existem algumas poucas faculdades extremamente seletivas e de alto padrão, mas a maioria dos cursos é ministrada à noite, a distância, sobretudo pelo setor privado, a preços bastante reduzidos, o que abre oportunidades para muitos que não teriam condições de seguir uma formação universitária mais exigente e de tempo integral. Há dúvidas se esse ensino mais elementar é útil e vale a pena, visto que grande parte dos formados em direito, por exemplo, nunca consegue passar no exame da Ordem dos Advogados do Brasil. Mas o fato é que quem completa o trajeto na universidade, mesmo que não adquira uma formação especializada, acumula conhecimentos e competências gerais que o mercado de trabalho valoriza, pagando salários significativamente mais altos que os

recebidos pelos que pararam no fim da educação média.

Não se trata de uma situação ideal, longe disso. As taxas de desistência nesses cursos são enormes, da ordem de 50% no setor privado, e não há razão para que durem quatro ou mais anos. Ainda que se apresentem como cursos de formação especializada, na verdade oferecem uma formação geral, como se pode ver pelo número relativamente pequeno de pessoas que trabalham na mesma área em que se graduaram. Isso, porém, não é necessariamente um problema. Na União Europeia, desde 1999, os países adotam o “modelo de Bolonha” para o ensino superior, que começa com uma formação geral de três anos, abrindo depois opções para mestrados e cursos mais avançados de um ou mais anos. Nos Estados Unidos, muitos dos que buscam a educação superior são atendidos por um amplo sistema de community colleges de dois anos, que já dão uma qualificação razoável a quem não vai seguir os estudos nos colleges de quatro anos. Além disso, em todo o mundo, a partir do ensino médio há opções de estudo profissionalizante que habilitam para o mercado de trabalho tanto em áreas mais técnicas quanto na de serviços. O Brasil precisaria evoluir nessas linhas, ampliando a formação básica geral, fortalecendo as opções profissionais de nível médio e abrindo mais possibilidades de cursos de formação superior curtos. Eles já existem no papel como “cursos tecnológicos”, mas têm sido negligenciados principalmente pelas universidades públicas.

Para os que pretendem e têm condições de profissionalizar-se de forma mais diferenciada nas carreiras sociais, a pós-graduação é, hoje, quase obrigatória. O Ministério da Educação, através da **Capes**, administra um sistema de pós-graduação com 375 000 estudantes em cursos de mestrado e doutorado, dos quais 110 000 nas áreas de ciências sociais e humanas, sobretudo educação, administração e direito (mas menos de 10 000 em filosofia e sociologia). Soma-se a estes mais de 1 milhão em cursos de MBA e outras áreas de especialização não regulamentadas.

Os investimentos em pesquisa social no Brasil são relativamente baixos, embora as principais questões da política pública nacional sejam a má qualidade da educação, a violência, a pobreza, a desigualdade social, a disfuncionalidade do sistema político-eleitoral e do Judiciário e a baixa produtividade da economia, entre outras. São todos temas centrais de investigação nas áreas de sociologia, economia, antropologia e ciências jurídicas, que precisam, isso sim, ser reforçadas e cuidadas para que alcancem a mais alta qualidade. É possível argumentar até que pesquisas sobre temas sociais são mais importantes para o país do que as das áreas tecnológicas, dado que é mais fácil importar e adaptar tecnologias disponíveis na literatura e no mercado internacional do que no campo social.

A hostilidade manifestada pelo governo contra a área de ciências sociais parece explicar-se por uma combinação de desconhecimento dos números e da natureza da área social aliado a um preconceito de tipo ideológico — a sociologia e a filosofia seriam focos de ideologias marxistas, que precisariam ser extirpadas. Quem conhece de perto essas áreas de estudo, no entanto, sabe que o marxismo ocupa nelas um lugar bastante reduzido, embora persista, de forma simplificada, em alguns setores e nas manifestações de movimentos políticos ligados ao setor de educação — nada muito diferente do que se dá no resto do mundo. A preocupação com os problemas de pobreza, desigualdade social, direitos humanos e discriminação social faz parte do patrimônio humanístico contemporâneo, diz respeito a temas centrais a uma sociedade tão desigual como a

nossa e independe de filiações a esta ou aquela corrente filosófica, sociológica, jurídica ou econômica. E a melhor maneira de reduzi-la é trabalhar para que esses problemas deixem de existir.

\* Simon Schwartzman é sociólogo e membro da Academia Brasileira de Ciências

topo ↕

## CRUSOÉ - REPORTAGEM

### Nós, macacos antropoides

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, entrou na guerra cultural promovida pelo governo Jair Bolsonaro e adjacências, ao anunciar que cortaria verbas de universidades federais que promovem “balbúrdia” (manifestações barulhentas de esquerda) e “eventos ridículos” (trenzinho de peladões). Depois da grita, Weintraub bateu em retirada como bom alemão. Disse que o corte de verbas abrangeria todas as universidades federais e que o dinheiro iria para creches e escolas nas quais a molecada luta para aprender a ler, escrever e fazer contas (é sintomático das nossas dificuldades, aliás, que o ministro da Educação confunda milhar com milhão). Excelente. Acho que a melhor guerra cultural contra a esquerda é botar o capitalismo para funcionar no Brasil. Todo mundo sabe a receita: diminuir drasticamente a presença do estado na economia, garantir segurança jurídica a investidores, baixar a corrupção a níveis toleráveis e qualificar profissionalmente os cidadãos – o que exclui fazer pobre pagar para obter diploma de Relações Internacionais, como se isso fosse garantir o seu futuro, e inclui proporcionar ensino fundamental e técnico de boa qualidade para a maioria. Um país se faz com programadores de computador e instaladores de ar condicionado capazes e bem remunerados.

A Universidade de Brasília, UnB, é uma das que promovem “balbúrdia” e “eventos ridículos”, para usar as palavras de Weintraub. Declaração do ministro divulgada, a direção da UnB afirmou em nota que “não promove eventos político-partidários” nos seus espaços. Curioso. No ano passado, o curso de Ciência Política da universidade ofereceu a disciplina facultativa “O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil”, a pretexto de incentivar o debate. O “golpe” era o impeachment de Dilma Rousseff. Só um lobotomizado para acreditar que não se tratou de um trenzinho de peladões político-partidários.

A verdade é que as universidades brasileiras têm um problema de origem da qual a ideologização extrema é apenas um aspecto, as ilhas de excelência confirmando a regra. Nasceram provincianas e pouco afeitas ao rigor e à profundidade. Em especial, na área de humanas. Em 1986, aos 24 anos, desisti de fazer pós-graduação em literatura italiana na Universidade de São Paulo, depois de constatar que o meu eventual orientador havia lido menos do que eu. Muita gente na USP leu mais do que eu. Mas o fato é que uma universidade não pode contar com um único professor que seja com menos leitura do que um rapazola de 24 anos metido a besta.

USP, vamos ao ponto que interessa. Graças a Caetano Veloso, a passagem mais conhecida de Tristes Trópicos, do antropólogo Claude Lévi-Strauss, é aquela em que ele descreve a paisagem carioca que “não está à altura de suas próprias dimensões. O Pão de Açúcar, o Corcovado, todos esses pontos tão enaltecidos lembram ao viajante que penetra na baía cacos perdidos nos quatro cantos de uma boca desdentada. Quase constantemente submersos no nevoeiro sujo dos trópicos, esses acidente geográficos não chegam a preencher um horizonte vasto demais para se contentar com isso”. Uma

das partes mais relevantes do livro de Lévi-Strauss, contudo, é outra. Trata-se do trecho em que ele aborda a Universidade de São Paulo. Lévi-Strauss, que não podia ser definido como direitista empedernido, integrou a missão francesa que implantou a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, na década de 30.

São Paulo era uma cidade que crescera economicamente, mas continuava tacanha na mentalidade. O fato se refletia na recém-criada universidade estadual de maneira peculiar, num prenúncio até mesmo das pitorescas tendências apresentadas na São Paulo Fashion Week. Diz o antropólogo:

“Nossos estudantes queriam saber tudo; mas, em qualquer campo que fosse, só a teoria mais recente parecia merecer-lhes a atenção. Fartos de todos os festins intelectuais do passado, que aliás só conheciam por ouvir dizer, já que não liam as obras originais, conservavam um entusiasmo sempre disponível pelos pratos novos. No caso deles, conviria falar mais de moda que de gastronomia: ideias e doutrinas não ofereciam, em seu entender, um interesse intrínseco, consideravam-nas como instrumentos de prestígio cujas primícias deviam conseguir. Partilhar uma teoria conhecida com outros equivalia a usar um vestido já visto; expunham-se a um vexame. Em compensação, praticavam uma concorrência ferrenha às custas de muitas revistas de vulgarização, periódicos sensacionalistas e compêndios, para conseguir a exclusividade do modelo mais recente no campo da ideias.”

E ele continua, arrasador:

“Produtos selecionados dos viveiros acadêmicos, meus colegas e eu mesmo muitas vezes nos sentíamos encabulados: criados para respeitar apenas as ideias maduras, ficávamos expostos às investidas de estudantes de uma ignorância completa quanto ao passado mas cuja informação tinha sempre alguns meses de avanço em relação à nossa. No entanto, a erudição, da qual não tinham o gosto nem o método, parecia-lhes, mesmo assim, um dever; de modo que suas dissertações consistiam, qualquer que fosse o tema, uma evocação da história geral da humanidade desde os macacos antropoides, para terminar, por meio de algumas citações de Platão, Aristóteles e Comte, na paráfrase de um polígrafo enfadonho cuja obra tinha tanto mais valor na medida em que, por sua própria obscuridade, era bem possível que nenhum outro tivesse a ideia de pilhá-la.”

Ao final do capítulo, Lévi-Strauss tenta fazer média com seus ex-alunos antropoides, elogiando-lhes os avanços, sem ser convincente. Mais de oitenta anos depois, com a USP como modelo de universidade pública para o país, ainda não descemos da árvore — passamos agora a colher frutas podres como se fossem frescas. Todos fazendo, para variar, a maior balbúrdia.

Se alguém tiver um bom técnico de ar condicionado, por favor, mande o contato nos comentários.

topo ↕

**VEJA - SP - BRASIL**

**A balbúrdia mora no MEC**

**O ministro da Educação usa o que considera bagunça no câmpus como critério para cortar verbas, cria um rebuliço e dá margem a chacotas**

Muita gente já testemunhou o ministro da Educação, Abraham Weintraub, disparando sua metralhadora verbal contra as universidades públicas. “São um antro de esquerda, custam caro e nós pagamos a conta”, disse certa vez, quando ainda era o braço-direito

do ministro Onyx Lorenzoni na Casa Civil. Foi só passar a ser o dono da caneta no MEC para afiar as garras ideológicas e deixar à mostra sua disposição de combater o “marxismo cultural”. Na quinta-feira 25, Weintraub veio com a ideia de dragar verbas dos cursos de filosofia e sociologia (sim, “de esquerda”) e investir firme em “ofícios que gerem renda” (veja o artigo). Cinco dias depois, apareceu com outra bomba. Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, anunciou o corte de 30% nas verbas de três universidades cujos indicadores de qualidade, segundo ele, pioraram e que eram exemplo de “balbúrdia”.

A fragilidade de sua argumentação entrou para o anedotário do MEC e o fez recuar no mesmo dia — os critérios foram abandonados e os cortes, generalizados. A volta atrás, porém, não significa que Weintraub tenha revisto conceitos. Sua ideia tropeçou em um empecilho conhecido como Lei de Diretrizes e Bases da Educação: a União não pode tosar verbas das instituições sem uma sólida justificativa. E, no caso das universidades de Brasília (UnB), Federal Fluminense (UFF) e Federal da Bahia (UFBA), as três atingidas, não havia nada de objetivo que fundamentasse o castigo financeiro. No lado acadêmico, duas delas (UnB e UFBA) avançaram (veja o quadro). As três constam, inclusive, da lista das cinquenta melhores da América Latina no ranking da revista britânica Times Higher Education. “O MEC dá notas de zero a 5 às universidades, e recebemos a classificação máxima”, diz Antonio Claudio da Nobrega, reitor da UFF.

Pelo ângulo da “balbúrdia”, o critério fica ainda mais difícil de mensurar. Indagado sobre o que entende por balbúrdia, o ministro definiu: “bagunça”, “evento ridículo”. E alongou-se nos exemplos: “Manifestações partidárias, festas inadequadas, gente pelada e presença dos sem-terra no câmpus”. Um integrante do alto escalão do governo diz que as três universidades na mira do MEC têm cada qual um caso de “balbúrdia” para contar. O que mais irritou o ministro, na verdade, foi a ida à UnB do ex-candidato petista à Presidência Fernando Haddad, no dia 25. Ali, ele participou de debate intitulado “O papel da educação na defesa da democracia em tempos de autoritarismo”. Em março, a UFBA sediou o Fórum Mundial Social, que reuniu lideranças negras, indígenas e LGBT. O nó com a UFF vem da campanha: alunos estenderam uma bandeira na fachada com a palavra “antifascista”, em explícito repúdio a Jair Bolsonaro. O recuo do MEC foi relativo. No modelo imaginado para as três universidades, o corte continua previsto para o segundo semestre, e ampliado. O ministro avisou que todas as 68 federais terão o mesmo prejuízo. Só se salvarão da degola se a reforma da Previdência produzir a economia desejada — por ora, 5,8 bilhões de reais do MEC estão congelados. Na quarta-feira 1º, Weintraub reencontrou o tom ideológico no Twitter: “(...) perguntar sobre tolerância ou pluralidade aos reitores (ditos) de esquerda faz tanto sentido quanto pedir sugestões sobre doces a diabéticos”. Quem foi mesmo que falou que livraria o Brasil do “viés ideológico”?

Publicado em VEJA de 8 de maio de 2019, edição nº 2633

topo ↕

## FAX AJU - NOTÍCIAS RÁPIDAS

### UFS Emite Nota E Explica Declarações Equivocadas Do Ministro Onyx

Através de nota de esclarecimento à sociedade, divulgada nesta quinta-feira (02) a Universidade Federal de Sergipe (UFS) explica declarações feitas pelo ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, na noite de quarta-feira (01), a Globo News. Na nota a UFS esclarece que possui 54 programas de Pós-Graduação, quatro deles com nota 05 pela **Capex**. Aproximadamente 90% dos alunos de mestrado (1.511) e doutorado (724)

do estado de Sergipe são da UFS. O número de programas de pós-graduação da UFS saiu de 10 em 2007 para 54 em 2018, um crescimento de 440%.

Todas as bases de dados do Ministério da Educação mostram que a UFS tem um desempenho muito acima em relação a outras instituições de ensino superior do estado de Sergipe. Respondemos por 84% do número de pesquisadores de produtividade do CNPq em nosso estado. Pesquisas de excelência para a inovação tecnológica do país como a biotecnologia, energias renováveis, meio ambiente, desenvolvimento da agricultura e tecnologias sociais são desenvolvidas na UFS.

Pesquisas na prevenção e tratamento de doenças como a chikungunya e zika vírus, bem como o atendimento de saúde integral de crianças portadoras de microcefalia são realizados em nossos hospitais universitários. A UFS é a única instituição de ensino do estado que conta com dois hospitais universitários, os quais atendem exclusivamente por meio do SUS. Em ranking feito pela Clarivates Analytics (empresa americana), das 50 instituições que mais publicaram trabalhos científicos no Brasil nos últimos 5 anos, a UFS é a única instituição do estado a figurar no referido ranking.

**RECURSOS FINANCEIROS** – Os recursos destinados ao funcionamento dos 113 cursos de graduação, 70 cursos de pós-graduação e à assistência estudantil previstos para 2019 somam pouco mais de 100 milhões. Deste total, estão contingenciados 90% da verba para investimentos e 30% do custeio. São mais de 30 mil alunos distribuídos nos campi de São Cristóvão, Aracaju, Laranjeiras, Itabaiana, Lagarto e N. Sra. da Glória.

A UFS, instituição pública com mais de meio século de serviços prestados à sociedade, reitera seu compromisso com a verdade e apela para que fatos dessa natureza não se reproduzam de forma a colocar em risco a integridade e imagem da única universidade pública do estado, patrimônio imaterial da sociedade sergipana.

topo 

## **GOVERNO DO AMAZONAS - TEMPO REAL**

### **Contaminação de Mercúrio na Amazônia é tema de workshop da UEA**

#### **Essa é a sétima edição do evento que traz especialistas em direito ambiental**

Com o tema “Os Aspectos Jurídicos e Socioambientais da Contaminação por Mercúrio na Amazônia Brasileira”, a Escola Superior de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Amazonas (ESO/UEA) promoverá, de 6 (segunda-feira) a 8 (quarta-feira) de maio, o 7º Workshop de Direitos Humanos e Relações Internacionais, das 18h30 às 21h30, na Escola Superior de Advocacia da OAB-AM, localizada na rua São Benedito, nº 99, bairro Adrianópolis, na zona centro-sul de Manaus.

Nesta edição, o workshop traz especialistas em direito ambiental, como o professor Denison Melo de Aguiar, advogado e mestre em Direito pela UEA, a professora Silvia Maria da Silveira Loureiro, doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUCRio) e a professora Maria Elena Crespo López, doutora em Neurociência pela Universidad de Granada, Espanha. O evento contará com palestras, minicursos e uma simulação de mediação socioambiental.

O professor Denison Melo destaca a importância no desenvolvimento de mecanismos e formas de resolução de conflitos na Amazônia. “Nossa importância maior é promover os direitos humanos e defender povos tradicionais e povos indígenas. Se temos um

problema ambiental, vamos resolver de outras formas sem termos que chegar a um processo jurídico”, salientou.

Horas complementares - Os participantes somarão uma carga horária de 10 horas complementares, cujos certificados serão disponibilizados no dia 8. Os ingressos custam R\$ 20, podendo ser adquiridos através dos números (92) 98219-4649 ou (92) 98226-4236.

Congresso Brasileiro - O workshop será uma preparação para o 1º Congresso Brasileiro sobre os Impactos Socioambientais da Mineração na Amazônia, financiado pelo projeto Procad/Amazônia da **Capes**, que ocorrerá entre os dias 17 a 19 de setembro em Humaitá, município localizado a 697 km de Manaus.

Esta é uma realização do Núcleo de Mediação e Arbitragem da UEA (MARbiC/UEA), do Programa Rede de Combate à LGBTfobia+, Outras Fobias e Assédios (Propaz/UEA) e da Clínica de Direitos Humanos e Direito Ambiental da UEA, com apoio da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (Proex/UEA) e do Projeto Sala Verde da UEA.

Confira a programação completa através do link abaixo.

<http://data.uea.edu.br/ssgp/noticia/1/61944-1.pdf>

topo ↕

## INFONET - TEMPO REAL

### UFS emite nota de repúdio contra declaração do ministro Lorenzoni

Universidade possui 54 programas de pós, quatro deles com nota 5 pela **Capes** (Foto: Arquivo Portal Infonet)

A Universidade federal de Sergipe (UFS) emitiu na tarde desta quinta-feira, 2, uma nota de esclarecimento repudiando a declaração feita pelo ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni onde garante que a UFS não possui programa de pós-graduação com a nota 5.

Em relação às declarações feitas pelo ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, a Universidade Federal de Sergipe (UFS) esclarece que possui 54 programas de Pós-Graduação, quatro deles com nota 5 pela **Capes**. Aproximadamente 90% dos alunos de mestrado (1.511) e doutorado (724) do estado de Sergipe são da UFS. O número de programas de pós-graduação da UFS saiu de 10 em 2007 para 54 em 2018, um crescimento de 440%.

## Desempenho

Todas as bases de dados do Ministério da Educação mostram que a UFS tem um desempenho muito acima em relação a outras instituições de ensino superior do estado de Sergipe. Respondemos por 84% do número de pesquisadores de produtividade do CNPq em nosso estado. Pesquisas de excelência para a inovação tecnológica do país como a biotecnologia, energias renováveis, meio ambiente, desenvolvimento da agricultura e tecnologias sociais são desenvolvidas na UFS.

Pesquisas na prevenção e tratamento de doenças como a chikungunya e zika vírus, bem como o atendimento de saúde integral de crianças portadoras de microcefalia são realizados em nossos hospitais universitários. A UFS é a única instituição de ensino do estado que conta com dois hospitais universitários, os quais atendem exclusivamente por meio do SUS. Em ranking feito pela Clarivates Analytics (empresa americana), das

50 instituições que mais publicaram trabalhos científicos no Brasil nos últimos 5 anos, a UFS é a única instituição do estado a figurar no referido ranking.

## Recursos financeiros

Os recursos destinados ao funcionamento dos 113 cursos de graduação, 70 cursos de pós-graduação e à assistência estudantil previstos para 2019 somam pouco mais de 100 milhões. Deste total, estão contingenciados 90% da verba para investimentos e 30% do custeio. São mais de 30 mil alunos distribuídos nos campi de São Cristóvão, Aracaju, Laranjeiras, Itabaiana, Lagarto e N. Sra. da Glória.

A UFS, instituição pública com mais de meio século de serviços prestados à sociedade, reitera seu compromisso com a verdade e apela para que fatos dessa natureza não se reproduzam de forma a colocar em risco a integridade e imagem da única universidade pública do estado, patrimônio imaterial da sociedade sergipana.

topo ↕

## SUL21 - TEMPO REAL

### Para além da balbúrdia

Os cortes de 30% nas universidades federais foram justificados pelo Ministro da Educação como uma resposta à presença do MST nas Universidades, a festas nudistas e como política de transferência de recursos para a pré-escola. Em suma em resposta à balbúrdia. Estas justificativas são meramente populistas, agradam aos olavistas de plantão e buscam apoio popular. Não há dúvida sobre a precariedade da pré-escola. Mas não será com obscurantismo ideológico e manifestações em twitter no lugar de políticas públicas que o problema se resolverá.

Isto posto, é fundamental prestar a atenção nas universidades públicas que sofrem com preconceito e desinformação. É verdade que poucos brasileiros têm acesso à universidade, o que não é razão para acabar com ela. Ao contrário, é necessário promover a sua popularização, já que o Brasil é um dos países com menor número de jovens no ensino superior.

Para romper com os preconceitos contra a universidade, todos os brasileiros deveriam ser informados que no ranking das universidades brasileiras em 2018, as 10 melhores são públicas, 7 delas federais ([ruf.folha.uol.com.br](http://ruf.folha.uol.com.br)). Mais de 95% da pesquisa no Brasil é feita nas universidades públicas, em projetos realizados no âmbito dos programas de pós-graduação (mestrado e doutorado). Estes programas são avaliados em uma escala de 1 a 7, de quatro em 4 anos, pela **Capes**, a partir de dados enviados anualmente pela Plataforma Sucupira. Os programas de 6-7 são os considerados de qualidade internacional. Só a UFRGS possui 32 programas avaliados nesta faixa.

Nós, seus professores somos, na grande maioria, doutores e só ascendemos na carreira por mérito; nossos currículos são públicos (LATTES-CNPq); a produção é avaliada pela rigorosa classificação de periódicos científicos (Qualis – **Capes**); nosso salário equivale à metade do salário de um funcionário do judiciário, cuja a carreira exige apenas uma graduação. E, last but not least, lamento decepcionar suas fantasias Senhor Ministro, mas todos nós – professores, funcionários e alunos – andamos vestidos.

(\*) Professora Titular do Departamento de História da UFRGS.

topo ↕

## **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - TEMPO REAL**

### **Pós em Odontologia abre vaga em programa de Capes**

O Programa de Pós-Graduação em Odontologia Integrada (PGO) vai selecionar um bolsista pesquisador em nível de pós-doutorado, para atuação no âmbito do Programa Nacional de Pós-Doutorado da **Capes**. A inscrição dos candidatos, com a entrega da documentação exigida, deverá ser feita na secretaria do PGO, na Avenida Mandacaru, 1.540, no período de 3 a 17 de maio. O atendimento é feito de segunda a sexta-feira entre 8 e 11 horas e das 13h30 às 17h30.

O candidato deverá ter, entre outros requisitos, título de doutor conferido por instituição de ensino superior reconhecida pela **Capes**. Para os títulos obtidos no exterior é necessário obedecer às normativas da resolução vigente publicada pelo Conselho de Ensino e Pesquisa da UEM.

Além disso, é necessário apresentar projeto de pesquisa vinculado a uma das linhas de pesquisa do PGO, a saber: Diagnóstico, prevenção e educação em odontologia; Tratamento clínico integrado e seus fundamentos científicos.

O candidato selecionado será integrado às atividades do PGO durante o período de vigência da bolsa, que vai de junho de 2019 a junho de 2020. Neste prazo deverá ter dedicação exclusiva ao Programa e não possuir nenhum vínculo empregatício. A bolsa tem valor de R\$ 4.100,00 e será paga pela **Capes**.

O resultado final do Processo Seletivo será divulgado até o dia 30 de maio de 2019, no site do PGO.

Para outras informações ou esclarecimentos sobre as inscrições e o processo seletivo entre em contato pelo e-mail [sec-pgo@uem.br](mailto:sec-pgo@uem.br) ou pelo fone (44) 3011-9051. Ou ainda acesse o edital de seleção.

topo 

## **PORTAL EXAME - TEMPO REAL**

### **Ministro da Educação erra valor: exame custará R\$ 500 milhões**

#### **Abraham Weintraub disse que o valor gasto na avaliação do nível de alfabetização seria de R\$ 500 mil; o Inep informou que, na verdade, número é muito maior**

Brasília – Por um erro do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o ministro da Educação, Abraham Weintraub, divulgou um custo total bem menor para a avaliação do nível de alfabetização. Durante anúncio oficial nesta quinta-feira (2), em Brasília, Weintraub festejou inicialmente um gasto contratado de apenas R\$ 500 mil para a avaliação, que deve atingir cerca de 7 milhões de estudantes.

Na coletiva, chegou a ressaltar o valor várias vezes, dizendo que “cada real do contribuinte” era importante. “Vamos avaliar não só o desempenho das crianças como o sistema de ensino como um todo. Nós vamos fazer um exame para 7 milhões de crianças a um custo de R\$ 500 mil. É importante falar. A postura nossa é sempre de dizer ao pagador de imposto e à sociedade onde está sendo alocado o imposto. Então, uma avaliação que vai ser feita a 7 milhões de crianças a um custo total de R\$ 500 mil, para saber se as coisas estão andando bem”, afirmou o ministro.

Minutos depois, em nota, o Inep informou que o valor estimado para a realização do

exame era na verdade de cerca de R\$ 500 milhões. “O presidente do Inep (Elmer Vicenzi) informa que o valor estimado para a aplicação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) 2019 é de aproximadamente R\$ 500 milhões. O valor de R\$ 500 mil foi incorretamente apresentado ao ministro na coletiva de imprensa realizada nesta data, em função de uma inconsistência material na planilha de custos elaborada pelo Inep.” O Saeb deve ser aplicado entre 21 de outubro e 1.º de novembro.

## Comparação

O custo da edição de 2017 do Saeb ficou em cerca de R\$ 250 milhões – os valores não são comparáveis, porém, por causa das alterações no exame e pelo fato de a análise à época não incluir a prova de alfabetização – que havia ocorrido no ano anterior.

topo ↕

## PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

### **Avaliação da alfabetização será por amostragem; comparação não será possível**

Depois de mais de um mês de incertezas, o Ministério da Educação (MEC) finalmente anunciou nesta quinta-feira, 2, que a avaliação da alfabetização das crianças será feita por amostragem. A prova havia sido cancelada pela gestão do ex-ministro Ricardo Vélez Rodríguez, como o jornal O Estado de S. Paulo revelou. Nesta quinta, o titular da pasta, Abraham Weintraub, disse que o exame é “importante” e será analisada a aprendizagem de alunos do 2.º ano do fundamental, de 7 anos. A avaliação até então era feita com crianças do 3.º ano.

As mudanças farão com que os resultados não possam ser comparáveis aos dos exames feito pelo MEC nos anos de 2013, 2014 e 2016. Ou seja, não será possível saber se as crianças melhoraram ou pioraram seu desempenho ao longo dos anos.

A ideia de fazer a prova no 2.º ano já era do governo anterior, de Michel Temer, mas a intenção era que todas as crianças participassem da prova. Isso porque a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017, estipula que os alunos devem estar alfabetizados justamente ao fim dos primeiros dois anos do fundamental. Apesar de haver grupos no MEC que criticam a BNCC, a portaria sobre a avaliação diz que ela seguirá o documento. E indica os objetivos de aprendizagem para cada ano escolar.

“Vamos começar do zero. E vai ser difícil avaliar os resultados; o desempenho é baixo porque não se adotou a BNCC ou porque as crianças não sabem mesmo?”, questiona o especialista da Universidade de São Paulo (USP) Ocimar Alavarse. Para ele, o fato de a BNCC ter sido aprovada há menos de dois anos faz com que ela ainda não esteja presente na maioria das escolas. “Vai acabar sendo uma prova para induzir, ameaçar, e não para avaliar os alunos.”

Já o diretor do Iede, Ernesto Faria, que faz pesquisas educacionais, acredita que atrelar a avaliação à BNCC é positivo. “A prova de alfabetização já teve quebra de série histórica, já mudou várias vezes, é importante começar a ver se os objetivos de aprendizagem da BNCC estão sendo cumpridos.” Em 2015, a prova foi cancelada durante o governo de Dilma Rousseff por falta de recursos. Em 2018 também não foi feita porque o governo Temer esperou a aprovação da BNCC.

Segundo especialistas, a vantagem da avaliação censitária é poder recuperar as defasagens com mais facilidade, já que é feito um diagnóstico para cada escola e cada município. Por amostra, só será possível saber o desenvolvimento da média. O governo

ainda tem até o dia 30 de junho para divulgar como será calculada a amostra, com escolas públicas e privadas. Para o ministro da Educação, a série histórica já estava prejudicada por causa da adequação do exame à BNCC. Ele justificou o uso de amostra pela economia de recursos. “O objetivo é fazer universal e uma vez por ano. É importante para o País conhecer individualmente cada uma das crianças da rede”, disse. “Se eu pudesse, eu faria universal. Mas a gente está chegando. A gestão Bolsonaro tem apenas quatro meses.”

## Demissão

O cancelamento da prova, em março, levou à demissão da então secretária de Educação Básica do MEC e do presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep). O cargo ficou vago por cerca de um mês, até que o ex-delegado da Polícia Federal Elmer Vicenzi fosse nomeado.

O MEC vai manter as avaliações para alunos do 5.º ano e 9.º ano, e do 3.º do ensino médio. Serão provas para todos, de Português e Matemática. Uma amostra dos estudantes do 9.º ano fará ainda provas de Ciências da Natureza e Ciências Humanas pela primeira vez. Os exames fazem parte do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). É a partir desses resultados que se calcula o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que se tornou o grande indicador de qualidade do ensino no País.

## Ditado

Pela primeira vez, a prova de alfabetização do MEC terá ditado. A justificativa de usar o antigo método de checar se as crianças sabem escrever corretamente é a de “aperfeiçoamento”. Mas, para a educadora Patricia Diaz, da ONG Comunidade Educativa, o ditado só testa conhecimento mecânico. “É uma pegadinha, o único conhecimento a que a criança pode se apegar é a letra e o som, não tem uma palavra conhecida, um contexto que tenha trabalhado.” Até então, a avaliação tinha muitas questões de leitura de texto, de observação de desenho, e poucas de escrita.

Para muitos educadores, a alfabetização precisa estar atrelada ao contexto da criança para ser efetiva. “Há chance de que o 1º e o 2º anos se tornem um treinamento”, diz Patricia.

A última avaliação mostrou que mais de 50% das crianças não tinham desempenho suficiente em leitura e escrita. Elas não sabiam escrever palavras como “porco”. O MEC também vai avaliar este ano a educação infantil, mas com questionários para professores e diretores. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

[topo](#)

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### Avaliação da alfabetização será por amostragem; comparação não será possível Brasília

Depois de mais de um mês de incertezas, o Ministério da Educação (MEC) finalmente anunciou nesta quinta-feira, 2, que a avaliação da alfabetização das crianças será feita por amostragem. A prova havia sido cancelada pela gestão do ex-ministro Ricardo Vélez Rodríguez, como o jornal O Estado de S. Paulo revelou. Nesta quinta, o titular da pasta, Abraham Weintraub, disse que o exame é "importante" e será analisada a

aprendizagem de alunos do 2.º ano do fundamental, de 7 anos. A avaliação até então era feita com crianças do 3.º ano.

As mudanças farão com que os resultados não possam ser comparáveis aos dos exames feito pelo MEC nos anos de 2013, 2014 e 2016. Ou seja, não será possível saber se as crianças melhoraram ou pioraram seu desempenho ao longo dos anos.

A ideia de fazer a prova no 2.º ano já era do governo anterior, de Michel Temer, mas a intenção era que todas as crianças participassem da prova. Isso porque a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017, estipula que os alunos devem estar alfabetizados justamente ao fim dos primeiros dois anos do fundamental. Apesar de haver grupos no MEC que criticam a BNCC, a portaria sobre a avaliação diz que ela seguirá o documento. E indica os objetivos de aprendizagem para cada ano escolar.

"Vamos começar do zero. E vai ser difícil avaliar os resultados; o desempenho é baixo porque não se adotou a BNCC ou porque as crianças não sabem mesmo?", questiona o especialista da Universidade de São Paulo (USP) Ocimar Alavarse. Para ele, o fato de a BNCC ter sido aprovada há menos de dois anos faz com que ela ainda não esteja presente na maioria das escolas. "Vai acabar sendo uma prova para induzir, ameaçar, e não para avaliar os alunos."

Já o diretor do Iede, Ernesto Faria, que faz pesquisas educacionais, acredita que atrelar a avaliação à BNCC é positivo. "A prova de alfabetização já teve quebra de série histórica, já mudou várias vezes, é importante começar a ver se os objetivos de aprendizagem da BNCC estão sendo cumpridos." Em 2015, a prova foi cancelada durante o governo de Dilma Rousseff por falta de recursos. Em 2018 também não foi feita porque o governo Temer esperou a aprovação da BNCC.

Segundo especialistas, a vantagem da avaliação censitária é poder recuperar as defasagens com mais facilidade, já que é feito um diagnóstico para cada escola e cada município. Por amostra, só será possível saber o desenvolvimento da média. O governo ainda tem até o dia 30 de junho para divulgar como será calculada a amostra, com escolas públicas e privadas. Para o ministro da Educação, a série histórica já estava prejudicada por causa da adequação do exame à BNCC. Ele justificou o uso de amostra pela economia de recursos. "O objetivo é fazer universal e uma vez por ano. É importante para o País conhecer individualmente cada uma das crianças da rede", disse. "Se eu pudesse, eu faria universal. Mas a gente está chegando. A gestão Bolsonaro tem apenas quatro meses."

## Demissão

O cancelamento da prova, em março, levou à demissão da então secretária de Educação Básica do MEC e do presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep). O cargo ficou vago por cerca de um mês, até que o ex-delegado da Polícia Federal Elmer Vicenzi fosse nomeado.

O MEC vai manter as avaliações para alunos do 5.º ano e 9.º ano, e do 3.º do ensino médio. Serão provas para todos, de Português e Matemática. Uma amostra dos estudantes do 9.º ano fará ainda provas de Ciências da Natureza e Ciências Humanas pela primeira vez. Os exames fazem parte do Sistema de Avaliação da Educação Básica

(Saeb). É a partir desses resultados que se calcula o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que se tornou o grande indicador de qualidade do ensino no País.

Ditado

Pela primeira vez, a prova de alfabetização do MEC terá ditado. A justificativa de usar o antigo método de checar se as crianças sabem escrever corretamente é a de "aperfeiçoamento". Mas, para a educadora Patricia Diaz, da ONG Comunidade Educativa, o ditado só testa conhecimento mecânico. "É uma pegadinha, o único conhecimento a que a criança pode se apegar é a letra e o som, não tem uma palavra conhecida, um contexto que tenha trabalhado." Até então, a avaliação tinha muitas questões de leitura de texto, de observação de desenho, e poucas de escrita.

Para muitos educadores, a alfabetização precisa estar atrelada ao contexto da criança para ser efetiva. "Há chance de que o 1º e o 2º anos se tornem um treinamento", diz Patricia.

A última avaliação mostrou que mais de 50% das crianças não tinham desempenho suficiente em leitura e escrita. Elas não sabiam escrever palavras como "porco". O MEC também vai avaliar este ano a educação infantil, mas com questionários para professores e diretores. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

## **MAXPRESSNET - NOTÍCIAS**

### **Edições Sesc São Paulo lançam livro Ecos do Brasil - Eça de Queirós, leituras brasileiras e portuguesas**

#### **Com artigos de estudiosos brasileiros e portugueses sobre a obra de Eça de Queirós, publicação também traz uma antologia de textos não ficcionais do autor**

As Edições Sesc São Paulo lançam, em parceria com o Consulado Geral de Portugal em São Paulo e o Instituto Camões, a edição revista e ampliada do livro Ecos do Brasil: Eça de Queirós, leituras brasileiras e portuguesas. O evento, marcado para dia 4 de maio, às 15h, no Consulado Geral de Portugal, contará com um bate-papo entre o organizador do livro, Benjamin Abdala Junior e as autoras Elza Miné e Marli Fantini, seguido de sessão de autógrafos.

Em sua primeira parte, o livro traz nove artigos de estudiosos brasileiros e portugueses sobre a obra do escritor português. Na segunda parte, apresenta uma antologia de textos não ficcionais do autor, organizadas pelo docente português Carlos Reis. A obra conta, ainda, com uma breve cronologia e caricaturas do escritor.

Os artigos buscam refletir sobre as características pelas quais a obra eciana é mais comumente conhecida: o naturalismo, o realismo, sua elegante mordacidade, a visão crítica e a composição minuciosa de tipos, comportamentos, grupos sociais e da atmosfera burguesa de Portugal.

O primeiro artigo, "Eça de Queirós, passado e presente", assinado pelo sociólogo, crítico literário, professor e escritor Antonio Candido, -- em parte autobiográfico --, aponta a importância do autor para a sua geração, uma "caudal poderosa que foi a voga de Eça de Queirós no Brasil nesses cento e poucos anos". Já em "Leitores brasileiros de Eça de Queirós: algumas reflexões", Carlos Reis, professor catedrático da Universidade de Coimbra, analisa vários críticos literários brasileiros que, ao longo do século XX, se

debruçaram, a partir de diferentes perspectivas, sobre a obra do autor de A relíquia.

“O presente livro (...) reúne textos de Eça de Queirós sobre o Brasil, além de artigos de autores brasileiros e portugueses, estabelecendo câmbios que alcançam também nações do continente africano. O conjunto da obra evidencia a existência de elos entre países ativados não só pela língua, mas, sobretudo, por leitores. ”

Danilo Santos de Miranda – diretor regional do Sesc São Paulo

Em “Eça jornalista do Brasil”, Elza Miné, doutora em literatura portuguesa pela USP, investiga a longa colaboração de Eça na Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro. Isabel Pires de Lima, professora emérita da Universidade do Porto (Portugal), amplia o espectro em “Pontes queirosianas: Angola, Brasil e Portugal”, ao apontar a presença de Eça em obras de autores do Brasil, de Portugal e de Angola, e afirma a importância e atualidade do escritor, reforçando o que já havia dito Candido. Essa importância é reafirmada a seguir em “Eça de Queirós, o realismo e a circulação literária entre Portugal e Brasil”, em que o organizador Benjamin Abdala Junior, professor titular sênior de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da FFLCH-USP, mostra a inegável relevância de Eça para a obra de Graciliano Ramos, além de tecer comentários sobre os diálogos possíveis desses dois autores com Carlos de Oliveira.

Em perspectivas diversas, os textos seguintes focam outros aspectos da obra do autor português. De forma quase simétrica, ambos trabalham com as publicações jornalísticas de Eça. O primeiro, de Ana Teresa Peixinho, professora auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, analisa as Cartas de Londres, publicadas por Eça na década de 1870 num jornal do Porto, ou seja, no período em que lança seus primeiros romances, enquanto José Carlos Siqueira, professor de literatura portuguesa da Universidade Federal do Ceará (UFC), se debruça sobre o final da carreira do escritor em “O último Eça e a centralidade do ensaio”, mostrando o papel central que as crônicas e ensaios possuem no período.

Os últimos dois artigos abordam a crítica que Machado de Assis escreveu sobre O primo Basílio. “Para uma poética da personagem queirosiana”, de Maria do Rosário Cunha, licenciada em Filologia Românica pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, discute a poética das personagens queirosianas, centrando a atenção especialmente em Luísa de O primo Basílio, e reflete sobre a forma como não só Machado, mas também João Gaspar Simões, se referiram à personagem. Já o texto assinado por Marli Fantini, professora livre docente de Teoria da Literatura e Literatura comparada da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), intitulado “Recepção crítica de Eça de Queirós por Machado de Assis”, analisa de forma mais detida a recepção de Machado sobre as obras do autor português, e levanta hipóteses para as posturas adotadas pelo autor de Esaú e Jacó.

Ilustrado por caricaturas de Eça de Queirós, o livro se encerra com uma preciosa antologia de textos ecianos sobre o Brasil, organizada por Carlos Reis. Traz também uma breve cronologia intitulada “Marcos biográficos do autor”, dividida em três partes: “Primeiros Anos”, desde seu nascimento até a entrada na faculdade; “Vida Estudantil”, sobre o período acadêmico; e “Pelo Mundo”, quando desenvolveu sua carreira fora de Portugal.

## Sobre o organizador

Benjamin Abdala Junior é professor titular sênior de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da FFLCH/USP, foi por dois mandatos representante de Letras e das áreas de Humanidades, no Conselho Técnico- Científico do Ensino Superior da **Capes**/MEC e também por dois mandatos, coordenador de Letras do CNPQ, onde é pesquisador IA. Foi um dos fundadores de associações, entre elas a Abralic e a Afrolic, além de chefe do DLCV/ FFLCH/ USP e do Celp, do qual foi seu fundador. Dirigiu várias séries editoriais, entre as quais a Princípios e a Fundamentos, da Editora Ática. Publicou 38 títulos, entre livros autorais, coletâneas e paradidáticos, tendo editado mais de quatrocentos títulos. Entre seus livros publicados destacam-se: A escrita neorrealista; Literatura, história e política; De vãos e ilhas: literatura e comunitarismos; Literatura comparada e relações comunitárias, hoje; Graciliano Ramos: muros sociais e aberturas artísticas; e Um mundo coberto de jovens.

## Serviço:

Lançamento do livro Ecos do Brasil: Eça de Queirós, leituras brasileiras e portuguesas de Benjamin Abdala Junior (org.)

Data: 4 de maio de 2019, sábado, às 15h

Bate-papo com o organizador Benjamin Abdala Junior e as autoras Elza Miné e Marli Fantini, seguido de sessão de autógrafos.

Local: Consulado Geral de Portugal em São Paulo

Endereço: Rua Canadá, 324 - Jardim América - São Paulo - SP

Parceria entre Instituto Camões, Consulado Geral de Portugal e Sesc São Paulo

Os títulos das Edições Sesc São Paulo podem ser adquiridos em todas as unidades do Sesc São Paulo, nas principais livrarias, em aplicativos como Apple Store e Google Play e também pelo portal [www.sescsp.org.br/livraria](http://www.sescsp.org.br/livraria)

## SOBRE AS EDIÇÕES SESC SÃO PAULO

Pautadas pelos conceitos de educação permanente e acesso à cultura, as Edições Sesc São Paulo publicam livros em diversas áreas do conhecimento e em diálogo com a programação do Sesc. A editora apresenta um catálogo variado, voltado à preservação e à difusão de conteúdos sobre os múltiplos aspectos da contemporaneidade. Seus títulos estão disponíveis nas Lojas Sesc, na livraria virtual do Portal Sesc São Paulo, nas principais livrarias e em aplicativos como Google Play e Apple Store.

Assessoria de imprensa Edições Sesc São Paulo

Buriti Comunicação

Paula Corrêa | [paula@buriticomunicacao.com](mailto:paula@buriticomunicacao.com) | 11 2892-4867 | 11 9 8339-4867

Marina Abramowicz | [marina@buriticomunicacao.com](mailto:marina@buriticomunicacao.com) | 11 2737-1674 | 97973-9642

[www.buriticomunicacao.com](http://www.buriticomunicacao.com) | [www.facebook.com/buriticomunicacao](https://www.facebook.com/buriticomunicacao)

[www.instagram.com/buriti\\_comunicacao](https://www.instagram.com/buriti_comunicacao)

Edições Sesc São Paulo | Comunicação

Marina Pereira

[11] 2227-7452

[marina@edicoes.sescsp.org.br](mailto:marina@edicoes.sescsp.org.br)

[edicoes@edicoes.sescsp.org.br](mailto:edicoes@edicoes.sescsp.org.br)

topo ↕

**SÃO CARLOS AGORA - NOTÍCIAS**

## **UFSCar sedia evento internacional sobre crianças e adolescentes em situação de risco**

De 20 a 30 de maio, acontece o primeiro ciclo da Escola de Altos Estudos (EAE) - Crianças e Adolescentes em Situação de Risco: Dimensões Éticas, Intervenção e Inovação Científica, proposta contemplada no Edital EAE nº 14/2018, da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, e realizada pelos programas de pós-graduação em Psicologia (PPGPsi) e em Educação Especial (PPGEEs) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); pelos programas de pós-graduação em Psiquiatria e em Saúde Mental, da Universidade de São Paulo (USP); e pelos programas de pós-graduação em áreas correlacionadas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Salgado de Oliveira (Universo).

O encontro terá a participação de Linda Liebenberg, professora da Dalhousie University, no Canadá. Liebenberg é referência mundial no campo de estudos e intervenção com adolescentes em situação de risco. Ao longo dos dias, a pesquisadora ministrará conferências e disciplinas sobre temas como resiliência e seu papel na promoção da saúde mental; definição de métodos visuais e como contribuem para estudos sobre estruturas de criação de significado das pessoas; métodos mistos para o entendimento de processos interativos associados a processos cognitivos; estratégias de sucesso para escrita de dissertações; dentre outros. As atividades acontecem no Campus São Carlos da UFSCar e na Universo. A programação completa está disponível em <http://www.eae2019-riscodesenvolvimento.ufscar.br>.

Podem se inscrever para as atividades da EAE alunos de graduação dos últimos anos, em especial, nas áreas de Psicologia, Psiquiatria, Neurociências do Desenvolvimento e Educação Especial, pesquisadores e alunos de pós-graduação da UFSCar e de outras instituições e pesquisa. Os interessados devem se inscrever no site do evento.

Ao longo do ano, a EAE promoverá mais dois ciclos: em agosto, com a presença de Charles Nelson III, docente na Harvard Medical School, dos Estados Unidos, e referência mundial na Neurociência Cognitiva e do Desenvolvimento; e, no mês de outubro, com Ilna Singh, professora na University of Oxford, do Reino Unido, e cuja pesquisa é centrada nas dimensões éticas e sociais de inovações em Neurociência, Psiquiatria e áreas afins. Mais informações sobre as atividades estão em <http://www.eae2019-riscodesenvolvimento.ufscar.br>.

## **SOBRE A ESCOLA DE ALTOS ESTUDOS - CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO**

A Escola de Altos Estudos (EAE) - Crianças e Adolescentes em Situação de Risco: Dimensões Éticas, Intervenção e Inovação Científica tem como objetivo principal disseminar conhecimento científico de ponta sobre o impacto de experiências de adversidade e negligência no desenvolvimento humano, bem como discutir possibilidades de intervenção, mantendo um olhar atento para as questões éticas envolvidas. A proposta é a de investir neste campo investigativo em três dimensões indissociáveis: a elucidação de abordagens preventivas, a divulgação de modelos clínicos e institucionais bem-sucedidos no atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco e a análise aprofundada dos aspectos éticos que norteiam a pesquisa e a intervenção com estes grupos.

## SOBRE A PALESTRANTE

Linda Liebenberg é pesquisadora, avaliadora e consultora no campo da resiliência e desenvolvimento comunitário, com um interesse especial por crianças e jovens em situação de risco e vulnerabilidade social. O seu trabalho é voltado para a elaboração de recursos e programas que possam promover desenvolvimento saudável em jovens expostos a diferentes situações de risco, por meio da construção de estratégias formais e informais de promoção de resiliência. A pesquisadora possui também estudos de grande relevância sobre métodos visuais, desenhos longitudinais e quantitativos de pesquisa e intervenção psicológica. Atualmente, Liebenberg mantém parcerias com diversas instituições e organizações internacionais como a Right to Play, The World Bank, The World Health Organization, Save the Children Denmark, e Public Health Agency of Canada. No Brasil, a pesquisadora trabalha em parceria com o professor Alex Pessoa, do Departamento de Psicologia (DPSi) da UFSCar. A vinda de Liebenberg ao País representa a possibilidade de continuidade de ações já iniciadas, bem como o fortalecimento de propostas colaborativas que se desdobrem em publicações e estudos interculturais.

topo ↕

### **SEGS - PORTAL NACIONAL - TEMPO REAL**

#### **O armarinho mágico está aberto, entre nesse mundo repleto de magia**

Aqui, o leitor encontra maravilhas e muitas coisas que parecem impossíveis. Tudo isso está lá, é só buscar. Ah, e pode ir a pé ou de bicicleta voadora

Poesia rima com magia. Foi isso que a autora Roseana Murray pensou quando escreveu *Armarinho Mágico*, obra publicada pela Editora Estrela Cultural. Ela se inspirou no pequeno armário de seu pai, que estava presente em quase toda sua infância. Lá havia de tudo que poderia imaginar: brinquedos, tecidos, carretéis de linhas, espelhos, cartas e mais um montão de coisas.

O livro traz poemas lúdicos carregados de amor, doçura, humor e um toque de magia. Aqui, cada prosa retirada do armarinho traz poemas únicos, que leva o pequeno leitor para um mundo de fantasia e aventuras.

A cada página um novo item é descoberto: um pote dos desejos, cartas perdidas, brilho da felicidade, vaga-lumes, uma bicicleta voadora e uma infinidade de coisas. Os objetos encontrados parecem até impossíveis, mas neste lugar tudo pode acontecer, basta soltar a imaginação!

Com uma narrativa cativante, a obra é repleta de descobertas e diversão, traz lindas mensagens para crianças e adultos. O livro encanta a todos quem o lê e não deixa ninguém ficar de fora das aventuras mágicas que possui.

As ilustrações de Christiane Mello e Fernanda Morais dão um toque fantástico e fazem com que todos se apaixonem pela diagramação repleta de cores em aquarela. As imagens dão vida ao texto e deixa a leitura ainda mais prazerosa. Uma narrativa para todas as idades e perfeita para estimular a criatividade infantil.

Escritora de livros de poesia e contos para crianças, jovens e adultos, Roseana Murray soma cerca de cem obras publicadas ao longo de sua carreira e recebeu vários prêmios,

dentre eles, é possível destacar: o troféu APCA, da Associação Paulista de Críticos de Arte; por quatro vezes como A Melhor de Poesia da FNLIJ, além de ganhar como livro de poesia Altamente Recomendável na FNLIJ 2019, com o “Armarinho Mágico”, e o prêmio ABL de melhor livro infantil. Além disso, trabalha com o projeto “Leitura Café, Pão e Texto”, por meio do qual recebe alunos de escolas públicas em sua casa para um café da manhã literário.

Ficha Técnica:

Título: Armarinho Mágico

Editora: Estrela Cultural

Autora: Roseana Murray

ISBN-10: 8545559178

ISBN-13: 978-8545559177

Páginas: 48

Dimensões do produto: 25,8 x 19,2 x 0,6 cm

Categoria: Infantil e Infantojuvenil

Sobre as ilustradoras:

Christiane Mello é formada em Programação Visual pela EBA/UFRJ, como bolsista da **Capes**, realizou mestrado em Communications Design no Pratt Institute, em Nova York. Desde o início de sua carreira investiu no próprio negócio, desenvolvendo diversos projetos na área cultural e editorial. Em 2010, abriu o Estúdio Versalete, onde dedica-se a projetar livros e publicações. Leciona Design Gráfico em cursos de graduação e pós-graduação.

Fernanda Morais é formada em Desenho Industrial pela PUC-RJ, com pós-graduação em ilustração e técnicas de comunicação visual na Escola de Disseny i Arts (EINA), em Barcelona. Começou a ilustrar livros infantis em 2010. Atualmente, é sócia do Estúdio Versalete e pesquisa sobre o tema do livro ilustrado para crianças no mestrado em Design da Escola de Belas Artes da URFJ.

topo ↕

## TN PETRÓLEO - TEMPO REAL

### **Simpósio de Pesquisa e Inovação em Materiais recebe trabalhos até o dia 5 de maio**

Nos dias 23 e 24 de maio, a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) sediará o I Simpósio de Pesquisa e Inovação em Materiais Funcionais (SPIMF), realizado pelo Centro de Desenvolvimento de Materiais Funcionais (CDMF). O objetivo é divulgar os avanços mais recentes na síntese e desenvolvimento de materiais funcionais, principalmente os relacionados às áreas de Energia, Meio Ambiente e Saúde, de enorme interesse e importância na atualidade, e, também, na Teoria, fundamental à melhor compreensão das propriedades físico-químicas e dos fenômenos associados a esses materiais.

O evento é destinado a pesquisadores em todos os níveis, desde a iniciação científica até o pós-doutorado, docentes, técnicos e quaisquer outras pessoas interessadas em conhecer melhor a área. A expectativa dos organizadores é que, além da divulgação das pesquisas em andamento, o evento promova o contato entre as pessoas presentes, proporcionando uma importante rede de conhecimentos e o intercâmbio de ideias e saberes.

Um diferencial do SPIMF é que a organização do evento está a cargo de jovens pesquisadores, em fase de realização do doutorado ou do pós-doutorado, que avaliam a experiência como muito importante para a futura carreira.

A programação terá palestrantes brasileiros, espanhóis e argentinos que são referência em suas áreas, atuantes tanto no setor acadêmico quanto em empresas, e que, segundo os organizadores, trazem para o evento amplo conhecimento prático, profunda visão integradora entre pesquisa e inovação e apurada experiência didática. Também haverá apresentações de resumos na forma de pôster.

O envio de resumos foi prorrogado e pode ser feito até o dia 5 de maio, e as inscrições para participação como ouvinte podem ser feitas até 10 de maio. Todas as informações sobre o envio de resumos, bem como o detalhamento da programação, estão no site do SPIMF, em <http://cdmf.org.br/spimf2019/>. O Simpósio tem o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

## CDMF

O CDMF é um dos Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão (Cepids) apoiados pela Fapesp, e recebe também investimento do CNPq, a partir do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia dos Materiais em Nanotecnologia (INCTMN). Multidisciplinar e com inserção internacional, o Centro reúne pesquisadores da UFSCar, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Universidade de São Paulo (USP), Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN), Universidade Federal do ABC (UFABC), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e Centro de Tecnologia de Informação Renato Archer (CTI).

O CDMF atua no desenvolvimento de materiais funcionais e nanoestruturados, que buscam atender as novas demandas da sociedade em três áreas estratégicas: Energia, Saúde e Meio Ambiente e Sustentabilidade. Mais informações em [cdmf.org.br](http://cdmf.org.br).

[topo](#)

## UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - TEMPO REAL

**Abertas as inscrições para o mestrado e doutorado em Genética e Melhoramento  
Prazo se estende até o dia 5 de julho e os candidatos devem se inscrever pela Internet**

Estão abertas, na Universidade Estadual de Maringá, as inscrições para o processo extraordinário de seleção de candidatos aos cursos de mestrado e doutorado do Programa de Pós-Graduação em Genética e Melhoramento (PGM), da UEM.

Estão sendo oferecidas duas vagas para o mestrado e duas vagas para o doutorado para ingresso em agosto de 2019, com expectativa de bolsas de estudo oferecidas pela Fundação Araucária e pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgão do Ministério da Educação.

As inscrições devem ser feitas o dia 5 de julho, por meio do Sistema de Inscrições Online disponível no site do PGM. Para a inscrição, o candidato deve ter graduação em

cursos de Engenharia Agrônômica, Zootecnia ou Ciências Biológicas e ter concluído o mestrado até o dia 30 de julho de 2019.

Profissionais de áreas afins podem solicitar a inscrição em caráter condicional, sendo analisada, caso a caso, pelo Conselho Acadêmico. Os cursos têm a duração média de 24 meses para o mestrado e de 48 meses para o doutorado.

Ao acessar o Sistema de Inscrições Online, o interessado encontrará as instruções e a relação de documentos necessários para a inscrição, além de outras informações.

A seleção será feita pelo Conselho Acadêmico do PGM a partir da análise dos históricos escolares e dos currículos Lattes, conforme critérios estabelecidos para o processo seletivo. Leia os critérios aqui. ([www.pgm.uem.br/documento](http://www.pgm.uem.br/documento)).

Único

O PGM é o único a oferecer curso dessa especialidade na região Sul do Brasil e, desde sua primeira avaliação (2004-2006), vem sendo qualificado como Programa de Excelência pela **Capes**, com conceito 5.

O Corpo Docente do Programa é constituído por 11 docentes permanentes, todos eles portadores de título de doutor, conferido por Instituições de excelência, tanto nacionais quanto estrangeiras, contratados em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (Tide).

Os docentes atuam nas linhas de pesquisa em Genética Vegetal, Genética Quantitativa e Melhoramento Vegetal, Genética Molecular e de Microorganismos e Genética Animal. A competência do corpo docente do PGM, altamente qualificado, é demonstrada pelo elevado percentual de seus membros (81,2%), que são bolsistas de Produtividade em Pesquisa do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), destacando-se 6 bolsistas Produtividade CNPq Nível 1.

topo 

## **AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL**

### **Avaliação da alfabetização será feita por amostragem, diz ministro**

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) deste ano terá novidades. Os testes de ciências da natureza e ciências humanas para estudantes do 9º ano e a avaliação da alfabetização do 2º ano do ensino fundamental serão feitos por amostragem.

É a primeira vez que os testes de ciências são aplicados para estudantes do 9º ano. Já a avaliação da alfabetização era aplicada de forma censitária até 2016, ou seja, para todos estudantes do 3º ano, no período de dois em dois anos, nos anos pares.

Com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2017, e a previsão de que os estudantes devem ser alfabetizados até o 2º ano, o governo decidiu unificar essa avaliação com as demais, aplicadas nos anos ímpares. Para tanto, optou por cancelar a avaliação prevista para 2018, e implementá-la em 2019 para estudantes do 2º ano.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, e o presidente do INEP, Elmer Coelho Vicenzi, durante entrevista coletiva sobre o Sistema de Avaliação da Educação Básica. -

Marcelo Camargo/Agência Brasil

No entanto, em vez de aplicar para todos estudantes, como era feito até então, o Ministério da Educação optou por realizar testes por amostragem.

As novidades foram apresentadas hoje (2) pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, e as diretrizes foram publicadas no Diário Oficial da União.

“O que queremos [por meio do Saeb] é saber se as crianças estão aprendendo no ritmo [adequado]. Por isso faremos uma avaliação da alfabetização do 2º ano do ensino fundamental”, disse o ministro, em entrevista coletiva..

“Temos que pegar [recuperar] a criança que está ficando para trás e medir o que está acontecendo de certo e de errado”, acrescentou.

Segundo Weintraub, o ideal seria fazer a avaliação com todos os estudantes. “Se eu tivesse plenos poderes, faria universal todos os anos”, disse, ao justificar a pesquisa pela necessidade de o governo cortar gastos.

Saeb

O Saeb é formado por um conjunto de avaliações relativas à qualidade da educação do país, que permitem ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) fazer diagnósticos sobre educação básica do país.

A partir das análises, busca-se identificar fatores que possam interferir no desempenho do estudante, de modo a subsidiar políticas públicas para o setor. É por meio das médias de desempenho do Saeb e de dados sobre aprovação obtidos no Censo Escolar que se compõe o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

O orçamento previsto para avaliar 7 milhões de crianças é de R\$ 500 milhões. De acordo com o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Elmer Coelho Vicenzi, “a melhoria da educação básica “provoca melhoria imediata na saúde e na educação do país”.

As avaliações serão aplicadas entre 21 de outubro e 1º de novembro em todas as unidades da federação, por meio de questionários que serão enviados a secretarias estaduais e municipais; diretores, professores e alunos das escolas; profissionais que acompanham estudantes da educação especial.

Os resultados estarão disponíveis até dezembro de 2020.

[topo](#)

**AGÊNCIA CÂMARA - TEMPO REAL**

**Deputados reagem aos cortes nas universidades federais anunciados pelo Ministério da Educação**

Comissão de Educação da Câmara dos Deputados poderá questionar o Ministério da Educação (MEC) sobre a decisão de cortar 30% do orçamento das universidades e dos institutos federais, anunciada nesta semana. A 1ª vice-presidente do colegiado, deputada Rose Modesto, do PSDB de Mato Grosso do Sul, disse que vai apresentar um requerimento com este objetivo, para esclarecer o motivo do corte, que representa R\$ 2,4 bilhões:

"É muito triste você ver a educação regredir, porque nós estamos lutando é para que tenha mais investimentos, não para que tenha cortes."

Inicialmente, o bloqueio atingiu a Universidade de Brasília, a Federal Fluminense (UFF) e a Federal da Bahia (UFBA). O ministro da Educação, Abraham Weintraub, fez uma ligação entre os cortes e o fato de que algumas universidades estariam promovendo "balbúrdias" no ambiente acadêmico. Após receber críticas, o MEC estendeu o contingenciamento a todas as instituições de ensino superior federais.

Em nota, a pasta informou que o critério utilizado para o bloqueio foi operacional, técnico e isonômico para todas as universidades e institutos, em decorrência da restrição orçamentária imposta a todo o governo.

Na avaliação do deputado Paulo Teixeira, do PT de São Paulo, o ministro está promovendo uma "retaliação" ao mundo acadêmico, com prejuízo para a sociedade:

"Me parece que o ministro pratica um crime, um crime de improbidade. Ele fere um dos princípios do artigo 37 da Constituição, que requer e exige que o agente público aja com impessoalidade no tratamento das questões públicas."

A deputada Bia Kicis, do PSL do Distrito Federal, por outro lado, é da opinião de que os investimentos devem ser feitos principalmente na educação de base. Para ela, a universidade não está cumprindo seu objetivo:

"A gente percebe a utilização das universidades não para ensinar, não para a pesquisa, para formar profissionais, mas para formar militantes. Então, as pessoas vão para a universidade para fumar maconha, para fazer peça de macaquinho, andar pelado, isso para mim é um assombro."

O Psol já entrou com ação na Procuradoria-Geral da República para apurar possível prática de improbidade administrativa do ministro Abraham Weintraub. A deputada Áurea Carolina, do partido, também apresentou à Câmara um projeto de decreto legislativo (PDL 215/19) para suspender os cortes.

[topo](#)

## AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

### Fundação do MEC veta palestra de auditora que foi filiada ao Psol

A auditora fiscal aposentada Maria Lúcia Fattorelli teve vetada uma palestra que daria nesta quinta-feira (2) na **Capes**, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**, fundação do Ministério da Educação (MEC). O tema da apresentação que aconteceria no Auditório Anísio Teixeira, no edifício-sede da **Capes**, era "Servidores Públicos Federais, Reforma da Previdência e o Sistema da Dívida".

— Alegaram dois motivos. O primeiro é que ela falaria contra a reforma da previdência, que é uma proposta do governo. O segundo é que Maria Lucia tinha sido candidata pelo Psol e que, por isso, não podiam permitir que estivesse lá, utilizando as dependências da **Capes**. — relatou Roberto de Carvalho, presidente do SindGCT (Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais da Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia), um dos organizadores da apresentação.

Segundo Carvalho, um assessor da presidência da **Capes** entrou em contato na última sexta-feira com a organização do evento para informar que não poderiam usar o auditório.

À coluna, Maria Lúcia disse que não tinha mais vínculo com o Psol. Afirmou que se desfilou do partido em 2015, depois de concorrer em eleição como deputada federal pela sigla e não se eleger. Disse também que acredita que o cancelamento está ligado à sua postura crítica à reforma.

Mesmo assim, os organizadores mantiveram a palestra para esta tarde. Ela acontecerá em um espaço público, em frente ao prédio da **Capes**. O episódio indica que mesmo após a chegada de Abraham Weintraub, a pasta continua sendo uma das mais afinadas ideologicamente com o Palácio do Planalto.

Procurada, a **Capes** informou que autoriza, em suas dependências, "apenas eventos relacionados à sua missão, que é discutir a pós-graduação e a formação de professores da educação básica". Segundo a fundação, "a palestra citada não tem relação com a missão da instituição".

topo ↕

## **AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL**

### **Governo se alimenta de balbúrdia**

Veja como este governo se alimenta de balbúrdia. O ministro Abraham Weintraub, numa atitude subversiva, tentou tocar fogo nos "campi" ao dizer ao "Estadão" que três universidades tiveram o orçamento bloqueado por fazerem "balbúrdia". Mais tarde, o MEC explicou que o corte foi igual para todas "em função da restrição orçamentária", o que, em tese, pode até fazer sentido na atual crise

topo ↕

## **CLIC RBS - TEMPO REAL**

### **Existem poucas coisas mais ideológicas do que o atual Ministério da Educação Corte de verbas anunciado pelo Ministério da Educação demonstra desconhecimento de como é a vida universitária, argumenta colunista**

Existem poucas coisas mais ideológicas do que o atual Ministério da Educação (MEC). Nesta semana, o novo ministro Abraham Weintraub promoveu cortes de 30% do dinheiro destinado a três instituições, Universidade de Brasília, Federal Fluminense e Federal da Bahia – medida depois estendida a todas as universidades federais do país. Os critérios para isso foram supostamente acadêmicos e políticos. Mas, uma vez que as três apresentaram melhorias na última avaliação da **Capes** e em rankings internacionais, podemos concluir que o peso maior foram os critérios ideológicos. Segundo o ministro, os campi estão cheios de "sem-terra e gente pelada", e os cortes ocorreram nas universidades que promovem "balbúrdia".

Para além da junção descabida de integrantes do movimentos sem-terra e gente pelada dentro de um mesmo imaginário de "bagunça", as afirmações do ministro só demonstram um completo desconhecimento de como é a vida universitária. Tem muito mais gente se esforçando para conciliar estudo e trabalho do que gente fazendo balbúrdia. Tem muito mais aluno de pós-graduação preocupado com ansiedade e depressão do que tirando a roupa.

Fiz graduação na Comunicação da UFRGS, um dos tantos cursos famosos por suas festas, numa época anterior aos investimentos que Lula faria nas universidades federais.

Estudei cinco anos num prédio caindo aos pedaços, tomado de pombos, onde faltavam os equipamentos mais básicos. Minha turma foi responsável por doar à faculdade seu primeiro scanner. Como foi que pagamos por esse scanner? Com dinheiro advindo de uma festa, uma grande balbúrdia.

Hoje curso um doutorado na PUCRS, uma universidade católica privada, e acho que podemos convir que os padres maristas não são conhecidos por qualquer tipo de balbúrdia. Ainda assim, dois pontos centrais da recente reforma que remodelou o campus foram a Rua da Cultura e o Living 360. Uma é um espaço para apresentações artísticas, o outro é um centro de convivência. Até mesmo os padres católicos entendem que a socialização é parte importante da vida, seja dentro da universidade ou fora dela.

Tem muito mais gente se esforçando para conciliar estudo e trabalho do que gente fazendo balbúrdia. Tem muito mais aluno de pós-graduação preocupado com ansiedade e depressão do que tirando a roupa.

Na UFRGS, organizávamos festas para confraternizar e integrar os alunos, mas, em retrospecto, vejo que também era uma maneira de criar vínculos com a faculdade, humanizar a instituição, tornar mais viável a experiência estudantil em meio a condições precárias. Não conheço Weintraub pessoalmente, mas essa cruzada contra a balbúrdia soa como rancor de quem não soube ser feliz na faculdade e agora nutre um desejo de vingança contra aqueles que se divertem. Existem livros infantojuvenis com enredos mais complexos.

Em defesa do ministro, podemos dizer que os cortes foram determinados pelo governo federal. O MEC precisa eliminar R\$ 5,8 bilhões de seus gastos. Os cortes da última semana não fecham a conta, e o ministério anunciou que pensa começar a cortar bolsas de projetos de pesquisa com "viés ideológico". Sugiro que antes a gente comece por cortar o salário do presidente, que faz pouco anunciou seu desejo de tirar de Paulo Freire o título de patrono da educação brasileira: projeto de puro viés ideológico.

topo ↕

## **DESTAK - BRASÍLIA**

### **Governo propõe normas mais rígidas para rede pública de ensino**

A Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF) divulgou esta semana, um novo regimento interno para as escolas públicas da cidade. O novo documento, que possui 25 páginas, acrescenta 124 pontos ao regimento que estava em vigor e prevê mais rigidez em casos de indisciplina dos alunos.

Entre as novas normas está instituído o ponto por comportamento. Agora, os alunos que levarem advertência oral ou forem retirados da sala de aula terão um desconto de 0,25 ponto na nota. Já os que receberem advertência por escrito perderão 0,35 ponto. Em casos mais graves como de suspensão de dois ou três dias, o estudante perderá 1 ponto. Alunos que apresentem um bom desempenho e comportamento podem ganhar até 0,5 a mais, na nota.

Outras regras tratam do uso do uniforme e atrasos. Caso o aluno descumpra estas normas, receberá advertência por escrito e pode ser proibido de frequentar as aulas.

Segundo a SEEDF, o documento foi criado para pôr um fim à sensação de impunidade na comunidade escolar. E que esta medida atende a uma das principais demandas de

docentes, gestores, pais e alunos, pois contempla direitos, deveres, obrigações e responsabilidades no contexto das inter-relações entre os membros da comunidade escolar. No entanto, de acordo com o Sindicato dos Professores do DF (Sinpro-DF), o regimento foi elaborado sem a participação dos professores.

Segunda a categoria, o ponto que mais gerou desconforto no regimento trata sobre a revista dos alunos, que deverá ser feita por educadores da unidade de ensino. De acordo com o Sindicato dos Professores do DF (Sinpro-DF), a medida pode parecer dar mais autoridade aos educadores, mas na verdade trata-se de um desvio de função.

Comunidade escolar

Pais e outros membros da comunidade escolar, que quiserem expressar sua opinião sobre o assunto e propor alterações ao regimento, podem preencher um formulário disponibilizado pela Secretaria de Educação, em seu site ([www.se.df.gov.br](http://www.se.df.gov.br)), até amanhã (3).

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

### **Abertas inscrições para seleção de professor visitante nacional e estrangeiro da UFRB**

**Salários variam entre R\$ 18.610,68 e R\$ 20.443,24. Confira os requisitos e como se inscrever.**

Estão abertas até 24 de maio as inscrições para a seleção de professor visitante nacional e estrangeiro, para uma vaga do Programa de Pós-Graduação em Ciências Agrárias da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

O salário pode variar de R\$ 18.610,68 (Classe D, com mínimo de dez anos de doutorado) a R\$ 20.443,24 (Classe E, com no mínimo de quinze anos de doutorado). O regime de trabalho é de 40 horas semanais, com dedicação exclusiva.

As inscrições devem ser realizadas exclusivamente via postal (apenas remessas por SEDEX), para o endereço: UFRB - PPGCI, Rua Rui Barbosa, nº 710, Centro, Cruz das Almas (BA), CEP: 44380-000.

A contratação de professor visitante nacional e de professor visitante estrangeiro será, inicialmente, pelo período de doze meses. O tempo de contratação pode ser prorrogado até 24 meses, em se tratando de Professor Visitante Nacional; e até 48 meses, no caso do Professor Visitante Estrangeiro.

Os candidatos serão avaliados com base na análise do Currículo Lattes e do Plano de Trabalho apresentados. A Comissão de Avaliação terá até o dia 11 de junho para divulgar a relação das inscrições homologadas no site de Concursos da UFRB.

O candidato selecionado deve atuar como suporte ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos Programas de Pós-Graduação; apoiar os Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* acadêmicos e de projetos estratégicos de desenvolvimento institucional; viabilizar a participação de pesquisadores e profissionais de alto nível nas equipes docentes da Instituição, visando o intercâmbio científico, tecnológico e a inovação, em conjunto com grupos de competência na UFRB; e contribuir com a proposição institucional de internacionalização da pesquisa e da pós-graduação da UFRB.

Mais detalhes sobre o processo seletivo e o edital estão disponíveis no site da UFRB.

Os requisitos exigidos para ocupar as vagas são:

Ser portador do título de doutor, no mínimo há dez anos;

Ser docente ou pesquisador de reconhecida competência com atuação em linha de pesquisa e conhecimento científico em área condizente com o interesse do Programa de Pós-Graduação pretendido (Anexo I);

Ter publicado pelo menos dez artigos científicos em periódico com Corpo Editorial, no período de 2014 a 2019, na área do Programa de Pós-graduação pretendido;

Ter experiência na formação de recursos humanos, com orientação concluída de pelo menos seis estudantes de mestrado e/ou doutorado, na condição de orientador principal, ao longo da carreira profissional;

Ter experiência relacionada com a criação e/ou implantação e/ou docência de Programas de Pós-Graduação Stricto sensu;

topo ↕

## **PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL**

### **MEC prorroga até 15 de maio renovação de contratos do Fies**

O Ministério da Educação (MEC) prorrogou para o dia 15 de maio o prazo para renovação semestral dos contratos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), simplificados e não simplificados, do 1º semestre de 2019. A medida foi publicada no Diário Oficial da União nesta quinta-feira, 2.

A norma publicada também vale para a realização de transferência integral de curso ou de instituição de ensino e de solicitação de dilatação do prazo de utilização do financiamento, respectivamente, referente ao 1º semestre de 2019.

O aditamento deverá ser realizado por meio do SisFIES, disponível nas páginas eletrônicas do Ministério da Educação e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Para que serve?

O aditamento é um processo obrigatório que deve ser feito todo semestre. A renovação de contrato serve para confirmar se o aluno continua em situação regular na instituição de ensino para a qual solicitou o financiamento e também para corrigir ou alterar dados do contrato. O estudante que não fizer a renovação a cada semestre terá o contrato cancelado.

Pré-seleção

O MEC prorrogou até 10 de maio a pré-seleção de candidatos participantes da lista de espera no processo seletivo do Fies do primeiro semestre de 2019. Os estudantes que não foram pré-selecionados em chamadas anteriores participam automaticamente da lista de espera. O acompanhamento de eventual pré-seleção deve ser realizado por meio da página do Fies.

Os candidatos que forem pré-selecionado deverão complementar sua inscrição no prazo de cinco dias úteis, contados do dia subsequente ao da divulgação de sua pré-seleção.

Além disso, precisam comparecer à Comissão Permanente de Supervisão e Acompanhamento (CPSA) da instituição de ensino superior para a validação das informações prestadas na inscrição. Após validadas as informações, os estudantes deverão apresentar a documentação exigida para fins de contratação do financiamento junto ao banco.

Também devem comparecer a um agente financeiro em até dez dias, contados a partir do terceiro dia útil imediatamente subsequente à data da validação da inscrição pela CPSA, com a documentação exigida e especificada nos normativos vigentes para fins de contratação e, uma vez aprovada pelo agente financeiro, formalizar a contratação do financiamento.

O programa

O Fies oferece financiamento para cobrir os custos das mensalidades de instituições privadas de ensino superior. O programa foi reformulado em 2017 e, a partir de 2018, passou a ofertar financiamentos em duas modalidades. A primeira é financiamento com juro zero para os estudantes que tiverem renda per capita mensal familiar até três salários mínimos. Nessa modalidade, o aluno começará a pagar as prestações respeitando o limite de renda.

topo ↕

## **PORTAL VEJA - TEMPO REAL**

### **MEC vai avaliar alfabetização das crianças por amostra**

#### **O exame havia sido cancelado completamente pela gestão do ex-ministro Ricardo Vélez Rodríguez, mas o governo recuou após repercussão negativa**

O ministro da Educação, Abraham Weitraub, anunciou nesta quinta-feira, 2, que a alfabetização das crianças será avaliada por meio de amostra este ano. O exame havia sido cancelado completamente pela gestão do ex-ministro Ricardo Vélez Rodríguez. Depois de intensa repercussão negativa, já que a alfabetização é considerada etapa crucial para o desenvolvimento escolar do aluno, no entanto, o governo do presidente Jair Bolsonaro voltou atrás.

Até a última prova, feita em 2016, os exames de leitura, escrita e matemática tinham sido feitos para todas as crianças do terceiro ano do ensino fundamental. Agora, haverá uma amostra de escolas públicas e privadas e o ano avaliado será o segundo, ou seja, crianças de 7 anos e não mais de 8. Essa última mudança já havia sido pedida pelo governo anterior, de Michel Temer. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estipula que as crianças devem estar alfabetizadas até o fim do segundo ano.

Questionado sobre a possibilidade de a mudança afetar a comparação entre os anos avaliados, ou seja, não permitir saber se as crianças do país melhoraram ou pioraram seu desempenho, o ministro disse que a série histórica já estava prejudicada. Isso porque, segundo ele, serão agora usados os novos parâmetros da BNCC, algo que não era considerado anteriormente porque ela foi aprovada em 2017. De acordo com Weitraub, contudo, a ideia é ter, em breve, a volta da avaliação censitária.

“O objetivo é fazer universal e uma vez por ano. É importante para o país conhecer individualmente cada uma das crianças da rede”, disse. “Se eu pudesse, eu faria universal. Mas a gente está chegando. A gestão Bolsonaro tem apenas quatro meses”,

explicou.

A portaria publicada anula outra, de 25 de março, que havia cancelado a avaliação de alfabetização. O governo já havia dito que voltaria atrás na decisão, mas não havia novo documento. A mudança na prova levou à demissão do então presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão do MEC responsável pelas avaliações, Marcus Vinícius Rodrigues. O cargo ficou vago por cerca de 20 dias, até que Weintraub nomeou o delegado da Polícia Federal Elmer Vicenzi.

A última avaliação de alfabetização no país mostrou que mais de 50% das crianças não tinham desempenho considerado suficiente em leitura e escrita. Elas não conseguiam localizar informações em textos de literatura infantil ou escrever corretamente palavras como lousa e professor.

O MEC vai manter da mesma forma que sempre foram feitas as avaliações para os estudantes do fim dos ciclos do Ensino Fundamental, ou seja, quinto ano e nono ano, e do Ensino Médio, no terceiro ano. Serão provas para todos os alunos, de Português e Matemática. Uma amostra dos estudantes do nono ano fará ainda provas de Ciências da Natureza e Ciências Humanas pela primeira vez.

As provas fazem parte do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que existe desde os anos 90 no Brasil e aplica testes de Português e Matemática. São a partir dos resultados do Saeb que o MEC calcula o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que se tornou o grande indicador de qualidade do ensino no Brasil.

topo ↕

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### MEC anuncia avaliação do ensino fundamental por amostragem e erra valores

Por um erro do Inep, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, divulgou o custo total que a pasta vai gastar com a avaliação do nível de alfabetização este ano mil vezes menor do que o valor contratado. Durante anúncio oficial nesta quinta-feira, 2, Weintraub disse que o gasto com a avaliação seria de R\$ 500 mil e que deveria atingir cerca de 7 milhões de pessoas. Na coletiva, ele fez questão de ressaltar o valor dizendo que "cada real do contribuinte" era importante. Minutos depois, em nota, o Inep informou que o valor estimado para a realização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) era, na verdade, cerca de R\$ 500 milhões.

"Vamos avaliar não só o desempenho das crianças como o sistema de ensino como um todo. Nós vamos fazer um exame para sete milhões de crianças a um custo de R\$ 500 mil. É importante falar. A postura nossa é sempre de dizer ao pagador de imposto e a sociedade onde está sendo alocado o imposto. Então, uma avaliação que vai ser feita a sete milhões de crianças a um custo total disso de R\$ 500 mil para saber se as coisas estão andando bem", afirmou o ministro completando: "Cada real do contribuinte é importante".

Após as declarações, em nota, o Inep corrigiu o erro: "O Presidente do Inep (Elmer Vicenzi) informa que o valor estimado para a aplicação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) 2019 é de aproximadamente R\$ 500 milhões. O valor de R\$ 500 mil foi incorretamente apresentado ao ministro e na Coletiva de Imprensa realizada nesta data em função de uma inconsistência material na planilha de custos elaborada

pelo Inep." (...)

No Estadão.

topo ↕

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### MEC prorroga prazo de renovação de contratos do FIES

O Ministério da Educação estendeu o calendário de renovação dos contratos do Fies (Fundo de Financiamento Estudantil). O novo prazo termina em 15 de maio.

A medida, publicada nesta quinta-feira (2) no Diário Oficial da União, é válida apenas para os contratos já firmados.

Terão direito à renovação o estudante que precisar mudar de curso ou de instituição onde está matriculado, segundo a portaria assinada por Carlos Alberto Decotelli da Silva, presidente do FNDE (órgão ligado ao ministério da Educação que faz a gestão do financiamento federal).

Pelo Fies, os alunos fazem a faculdade em uma instituição privada, e a União paga as mensalidades. O estudante tem de começar a quitar as prestações um ano e meio depois de formado.(...)

topo ↕

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### Avaliação da alfabetização será feita por amostragem , diz ministro

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) deste ano terá novidades. Os testes de ciências da natureza e ciências humanas para estudantes do 9º ano e a avaliação da alfabetização do 2º ano do ensino fundamental serão feitos por amostragem.

É a primeira vez que os testes de ciências são aplicados para estudantes do 9º ano. Já a avaliação da alfabetização era aplicada de forma censitária até 2016, ou seja, para todos estudantes do 3º ano, no período de dois em dois anos, nos anos pares.

Com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2017, e a previsão de que os estudantes devem ser alfabetizados até o 2º ano, o governo decidiu unificar essa avaliação com as demais, aplicadas nos anos ímpares. Para tanto, optou por cancelar a avaliação prevista para 2018, e implementá-la em 2019 para estudantes do 2º ano.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, e o presidente do INEP, Elmer Coelho Vicenzi, durante entrevista coletiva sobre o Sistema de Avaliação da Educação Básica. - Marcelo Camargo/Agência Brasil

No entanto, em vez de aplicar para todos estudantes, como era feito até então, o Ministério da Educação optou por realizar testes por amostragem.

As novidades foram apresentadas hoje (2) pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, e as diretrizes foram publicadas no Diário Oficial da União.

"O que queremos [por meio do Saeb] é saber se as crianças estão aprendendo no ritmo [adequado]. Por isso faremos uma avaliação da alfabetização do 2º ano do ensino fundamental", disse o ministro, em entrevista coletiva..

"Temos que pegar [recuperar] a criança que está ficando para trás e medir o que está acontecendo de certo e de errado", acrescentou.

Segundo Weintraub, o ideal seria fazer a avaliação com todos os estudantes. "Se eu tivesse plenos poderes, faria universal todos os anos", disse, ao justificar a pesquisa pela necessidade de o governo cortar gastos.

Saeb

O Saeb é formado por um conjunto de avaliações relativas à qualidade da educação do país, que permitem ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) fazer diagnósticos sobre educação básica do país.

A partir das análises, busca-se identificar fatores que possam interferir no desempenho do estudante, de modo a subsidiar políticas públicas para o setor. É por meio das médias de desempenho do Saeb e de dados sobre aprovação obtidos no Censo Escolar que se compõe o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

O orçamento previsto para avaliar 7 milhões de crianças é de R\$ 500 milhões. De acordo com o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Elmer Coelho Vicenzi, "a melhoria da educação básica "provoca melhoria imediata na saúde e na educação do país".

As avaliações serão aplicadas entre 21 de outubro e 1º de novembro em todas as unidades da federação, por meio de questionários que serão enviados a secretarias estaduais e municipais; diretores, professores e alunos das escolas; profissionais que acompanham estudantes da educação especial.

Os resultados estarão disponíveis até dezembro de 2020.